



DESTAQUES

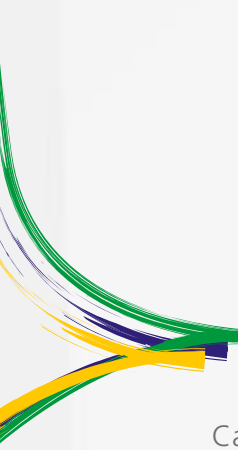
Ações e programas do Governo Federal

MARÇO 2009

DESTAQUES

Ações e programas do Governo Federal

MARÇO 2009



Caderno Destaques, ano II, nº 1, março de 2009.

Publicação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Versão eletrônica disponível nos sítios **www.brasil.gov.br** e **www.presidencia.gov.br**.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Seu conteúdo não pode ser alterado.

Presidência da República. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de informações contidas nesta publicação, desde que citada a fonte.

As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Divulgado em 25 de março de 2009.

Contato: destaques.secom@planalto.gov.br

Próximas edições – 2009

20 de maio – 15 de julho – 16 de setembro – 18 de novembro

Catálogo na fonte Biblioteca da Presidência da República

B736

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques: ações e programas do Governo Federal / Secretaria de Comunicação Social. – Brasília, 2009.

83 p.

Inclui índice remissivo.

1. Programa do Governo Federal. 2. Política I. Título.

MENSAGEM AOS LEITORES

Bem-vindos ao novo Caderno Destaques

A partir desta edição você terá um novo Caderno Destaques: mais fácil de ler, conteúdos mais bem organizados e periodicidade bimestral. Mantém-se, no entanto, o compromisso assumido desde o primeiro número: informação objetiva acompanhada por grande esforço de síntese dos programas e das políticas públicas.

O Caderno mantém o propósito de oferecer ao leitor os resultados mais relevantes obtidos pelo Governo Federal nas suas diversas áreas de atuação. Pretende, ainda, aprofundar temas setoriais – de modo a conjugar visão geral e aprofundada de assuntos de interesse. No rodapé de cada página é indicada a data de atualização das informações.

Estrutura do caderno

Parte I – Brasil Hoje: traz um retrato de cinco dimensões articuladas da atuação do Governo: social, econômica, energia, política externa e democracia.

Parte II – Programas e Temas Setoriais: políticas públicas em andamento. A cada edição, os principais resultados e a sua conceituação – fundamentos, objetivos e estratégias de implementação.

Parte III – Atualidades: temas conjunturais e relativos a ações e intervenções do Governo que ocorreram no período anterior a cada edição.

Parte IV – Biblioteca de Artigos, Discursos e Pesquisas: sínteses de pesquisas sobre a realidade brasileira, pronunciamentos selecionados do Presidente da República e artigos.

Siglas – Lista de siglas utilizadas na edição.

Versão eletrônica – disponível em www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br.

Encontre na internet:

Retrato Econômico: informações constantemente atualizadas.

Programas ou ações do Governo Federal anunciados após a publicação da edição impressa.

Relação de Conselhos e Conferências Nacionais criados, recriados e consolidados desde 2003 e as conferências realizadas no período.

Glossário de termos técnicos.

Índice Remissivo: relação completa de temas que fizeram parte do caderno desde a primeira edição (mar/08).

Equipe do Destaques
destaques.secom@planalto.gov.br

Fique atualizado. Consulte também:
www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

APRESENTAÇÃO



O Caderno Destaques, em sua primeira edição de 2009, apresenta as linhas gerais do Plano Minha Casa, Minha Vida, que prevê a construção de um milhão de casas populares. Esse Plano Habitacional, além de ser um passo importante na redução do histórico déficit do País, contribui para aquecer a economia e gerar empregos (veja página 22).

Destaques atualiza, também, as medidas adotadas pelo Governo para enfrentar os impactos da crise financeira internacional sobre nossa economia (veja página 44).

O Caderno mostra, ainda, os resultados dos programas governamentais em execução, como o PAC e os sociais. São ações que ajudam a evitar que o Brasil sofra mais danos em meio à turbulência que se abateu sobre o mundo nos últimos meses.

Uma das características do Caderno reformulado é o detalhamento das informações, que varia a cada edição. Oferece, assim, a cada dois meses, além das atualizações, diferentes aspectos dos programas do Governo Federal.

Mais do que nunca, suas críticas e sugestões serão muito bem-vindas.

Boa leitura!

Equipe do Destaques
destaques.secom@planalto.gov.br

SUMÁRIO

1 – Brasil hoje

Retrato Social	2
Retrato Econômico	4
Energia	6
Política Externa	8
Democracia	9

2 – Programas e temas setoriais

Agricultura e Pecuária	12
Bolsa Família	13
Ciência, Tecnologia e Inovação	14
Criança e Adolescente	15
Cultura	16
Desenvolvimento Produtivo – PDP	17
Documentação Civil Básica	18
Esporte	19
Educação – PDE	20
Habitação – Minha Casa, Minha Vida	22
Juventude – ProJovem	23
Mais Alimentos	24
Meio Ambiente	25
Mulheres	26
Pesca e Aquicultura	27
PAC – Crescimento Acelerado	28
PAC – Ações Concluídas	29
Pesquisa Agropecuária	30
Pessoas com Deficiência	31
Povos Indígenas	32
Previdência Social	33
Quilombolas	34
Reforma Agrária	35
Saneamento – Funasa	36
Saúde	37
Segurança Pública – Pronasci	38
Turismo	39
Territórios da Cidadania	40

3 – Atualidades

O Brasil e a Crise Financeira	44
Crédito	45
Abastecimento	46
Emprego	47
Exportações	48
Inclusão Digital	49
Relação com Estados	50
Relação com Municípios	51

4 – Biblioteca: artigos, discursos e pesquisas

Artigo: Direitos das Mulheres	54
Nova Classe Média	55
Crescimento das Cidades Médias	56
Ambiente de Negócios	57

Siglas	62
---------------------	----

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

Discursos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Cerimônia de inauguração da unidade produtora da Sadia.

Vitória de Santo Antão (PE), 23mar/09.

“Essa crise... para que a gente a vença... nós temos de fazer mais investimentos, nós temos de gastar dinheiro com coisas que gerem projetos de infraestrutura, que gerem empregos e que gerem uma credibilidade na sociedade, de que nós estamos fazendo a coisa certa.”

Abertura do Seminário “Brasil: Parceiro Global em uma Nova Economia. Estratégias Sólidas para Momentos Desafiadores”. Nova Iorque, EUA, 16mar/09.

“A saída definitiva da crise exige a construção de novos paradigmas: para a organização da produção, do trabalho; para a preservação do ambiente; para o estabelecimento de uma cultura de paz que inspire uma nova e democrática governança mundial; para o restabelecimento da política como atividade superior, pela qual homens e mulheres constroem e redefinem livremente novos contratos sociais.”

RETRATO SOCIAL

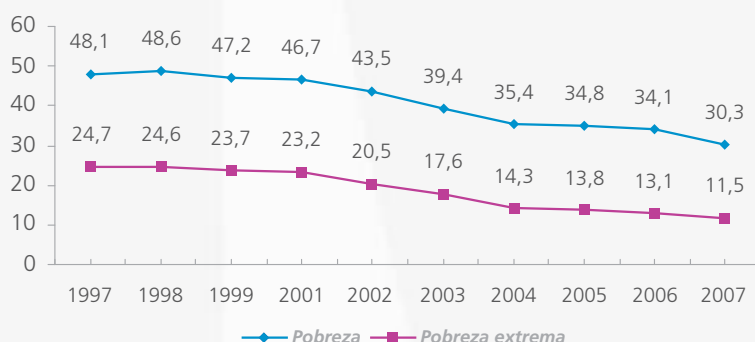
Um País menos desigual e com mais oportunidades

Indicadores sociais apontam redução da pobreza, das desigualdades entre brasileiros e da desocupação. Ao mesmo tempo, aumenta a formalização do trabalho e a mobilidade social. Pelo segundo ano, o Brasil figura no grupo de países de alto desenvolvimento humano. Esse quadro é resultado das políticas públicas de combate à pobreza e de geração de emprego e renda.

Redução da pobreza, da desigualdade e da fome

- Pobreza (pessoas com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo): de 43,5% da população (2002) para 30,3% (2007).
- Pobreza extrema (pessoas com renda mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo): de 20,5% da população para 11,5%.
- Desigualdade de renda domiciliar¹: de 0,553 (2002) para 0,528 em 2007 (-4,5%).
- Desnutrição (menores de cinco anos abaixo do peso): de 12,5% (2003) para 4,8% (2008)².

Redução da pobreza e da pobreza extrema – Brasil 1997-2007 (em % da população)



Fonte: PNAD-IBGE. Dados processados pelo IPEA.

Crescimento da formalização do emprego, da renda e da mobilidade social

- Proporção de trabalhadores formalizados cresceu de 49% (2003) para 53,4% (2008)³.
- Rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas aumentou 11,3% entre 2003 e 2008³.
- Renda cresceu em todos os segmentos, tendo a dos 10% mais pobres aumentado 22,2%, e a dos 10% mais ricos, 0,3% entre 2002-2007.
- Crescimento da renda das mulheres mais intenso que a dos homens e diminui a diferença da renda entre brancos e negros.
- Salário mínimo com reajuste nominal de 133% e aumento real de 67% – acima da inflação medida pelo INPC/IBGE (jan/03-fev/09)⁴.
- Estudo da FGV⁵ confirma a expansão da classe média. Classe C corresponde a 53,8% da população das seis maiores regiões metropolitanas e cresceu 24,6% entre dez/02-dez/08. Veja página 55.
- Resultados consolidam formação de amplo e dinâmico mercado interno de consumo.

Democratização e melhoria da qualidade da educação

- Analfabetismo (maiores de 15 anos) caiu de 11,8% (2002) para 9,9% (2007).
- 82% dos jovens de 15 a 17 anos na escola (2007).
- Acesso à universidade: número de estudantes ampliado em 1,3 milhão (2003-2007).

Melhoria da qualidade de vida

- Mortalidade infantil: de 24,3 por mil nascidos vivos (2002) para 19,3 (2007).
- Esperança de vida: de 70,4 anos (2000) para 72,7 (2007).

1 Medida pelo Coeficiente de Gini, em que a desigualdade varia de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta).

2 Fonte: Ministério da Saúde.

3 Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE

4 Fonte: Ipeadata.

5 Fundação Getúlio Vargas – Crônica de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a Nova Classe Média Brasileira.

RETRATO SOCIAL – COMPARATIVO

Comparativo 2002 e 2007 de indicadores sociais selecionados da PNAD

Indicador	2002	2007 ¹	Variação (%)
Abastecimento de água (% domicílios)	82,0	84,3	+3
Esgotamento sanitário (% domicílios)	46,5	52,0	+12
Lixo coletado (% domicílios)	84,8	88,4	+4
Iluminação elétrica (% domicílios)	96,7	98,5	+2
Telefone (% domicílios)	61,7	77,7	+26
Máquina de lavar roupa (% domicílios)	34,0	40,0	+18
Televisor (% domicílios)	90,0	94,8	+5
Microcomputador (% domicílios)	14,2	27,0	+90
Microcomputador com acesso a internet (% domicílios)	10,3	20,4	+98
Taxa de fecundidade (filhos nascidos vivos por mulher)	2,26	1,95	-14
Taxa de escolarização – pessoas de 7 a 14 anos (% população)	96,9	97,7	+1
Taxa de analfabetismo – maiores de 15 anos (% população)	11,8	9,9	-16
Número médio de anos de estudo – pessoas de 10 anos ou mais (% população)	6,3	7,0	+11
Taxa de desocupação (% população)	9,2	8,2	-11
Contribuintes da previdência social (% população ocupada)	45,0	51,1	+14
Trabalho infantil (% pessoas ocupadas na população de 5 a 17 anos)	12,6	10,6	-16
Rendimento médio real dos trabalhadores (R\$)	899	960	+7

¹ Dados harmonizados com 2002 (exclui região Norte rural) para permitir comparação. Obs.: Os dados referentes ao ano de 2008 serão divulgados pelo IBGE em set/09.

RETRATO ECONÔMICO

Fundamentos da economia sustentam resistência do País à crise internacional

Apesar da influência negativa da crise financeira mundial no 3º trimestre, os sólidos fundamentos da economia brasileira contribuem para amortecer seus efeitos. Em 2008, o PIB cresceu 5,1%, o consumo das famílias cresceu 5,4% e foram obtidos recordes na produção e na venda de veículos. Crédito começa a se normalizar e inflação está sob controle.

Expansão da produção, do investimento e das exportações

- PIB: R\$ 2.889,7 bilhões em 2008. Aumentou 5,1% em relação a 2007. Na comparação 4ºtri/08 – 3ºtri/08, queda de 3,6%. PIB per capita: +4% em 2008.
- Recordes na produção de veículos (3,22 milhões) e nas vendas (2,82 milhões) em 2008. Fev/09: 198 mil produzidos (-22% em relação a fev/08).
- Safra agrícola: 145,8 milhões de toneladas em 2008. Recorde histórico¹.
- Investimento (FBCF²): R\$ 548,8 bilhões em 2008. Cresceu 13,8%. Maior taxa de crescimento anual desde o início da série em 1996.
- Taxa de Investimento (FBCF/PIB): 19% do PIB em 2008. A maior desde o início da série em 2000.
- Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 45,1 bilhões em 2008 (+30% em relação a 2007). Recorde histórico. Fev/09: US\$ 2 bilhões.
- Investimentos diretos de brasileiros no exterior: US\$ 20,5 bilhões em 2008 (+193% em relação a 2007). Fev/09: -US\$ 679 milhões.
- Exportações: US\$ 197,9 bilhões acumulados em 2008. Recorde histórico. Fev/09: US\$ 9,6 bilhões.

Políticas monetária e fiscal mantêm a inflação sob controle

- IPCA: 5,90% em 2008 (4,46% em 2007). Fev/09: 0,55% (5,90% nos últimos 12 meses).
- Superávit primário: 4,06% do PIB em 2008 (3,92% em 2007). Jan/09: 3,58% do PIB acumulado em 12 meses.

Grau de investimento e elevado nível de reservas

- País obteve classificação de grau de investimento por cinco agências de risco³.
- Reservas internacionais: US\$ 202,9 bilhões (20mar/09).
- Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

Crescimento do consumo interno

- Consumo das famílias: R\$ 1.753,4 bilhão em 2008. Aumentou 5,4%. Quinto ano consecutivo de crescimento.
- Emprego: 13,2 milhões de ocupações criadas⁴, sendo 10,3 milhões formais (jan/03-fev/09)⁵.
- Mercado de crédito continua em expansão: volume de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 1.229,8 bilhão (jan/09) ou 41,2% do PIB.

1 Fonte: IBGE.

2 Formação Bruta de Capital Fixo.

3 Concederam grau de investimento ("investment grade") a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

4 Estimativa a partir de dados da Pnad (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

5 Segundo os dados da Rais (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

RETRATO ECONÔMICO – COMPARATIVO

Comparativo 2003 e 2009 de indicadores econômicos selecionados

Indicador	Jan-03	Jan-09	Varição (%)
PIB – Produto Interno Bruto (R\$ bilhões de 2008)	2.269,4 ¹	2.889,7 ²	+27
Balanço de pagamentos (saldo mensal - US\$ milhões)	713	-2.122 ³	-398
Balança comercial (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	1.767 ³	+53
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	3,58	-4
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	202.914 ⁴	+439
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	905	1.986 ³	+119
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	181	-679	-475
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	421 ³	-71
Juros Selic⁵ (% a.a.)	25	11,25 ⁴	-55
Crédito Total (% do PIB)	21,8	41,2	+89
Dólar comercial (R\$)	3,44	2,31 ³	-33
Inflação IPCA⁶ (% a.m.)	2,25	0,55 ³	-76
Cesta básica (R\$)	206 ⁷	212 ³	+3
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	39,03	+36
Taxa de desocupação regiões metropolitanas (%)	11,2	8,2	-27
Salário mínimo real⁸ (R\$)	279	465 ³	+67
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	98,29	+7
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,7 ⁹	145,8 ¹⁰	+49
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	195,33 ¹¹	+109

1 PIB 2002.

2 PIB 2008.

3 Fev/09.

4 Mar/09.

5 Sistema Especial de Liquidação e Custódia –Taxa do Banco Central.

6 Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

7 Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA a preços de fev/09.

8 Deflacionou-se o salário mínimo nominal pelo INPC do IBGE. Base: fev/09. Fonte: Ipeadata.

9 Safra 2002.

10 Safra 2008.

11 Dez/08.

ENERGIA

Vanguarda em biocombustíveis e na exploração de petróleo em águas profundas

O Brasil é um dos maiores produtores e consumidores mundiais de biocombustíveis, como o biodiesel e o etanol obtido da cana-de-açúcar. Além de alternativa energética, os biocombustíveis geram renda, criam empregos, reduzem a emissão de poluentes e contribuem para a redução do aquecimento global. Com o Pré-Sal, autossuficiência em petróleo será consolidada.

Biodiesel

- Brasil é o 3º maior produtor e consumidor de biodiesel do mundo, atrás da Alemanha (1º) e dos EUA (2º).
- Produção de 1,1 bilhão de litros em 2008 propiciou ganho de US\$ 1 bilhão na balança comercial devido à redução das importações de diesel.
- O biodiesel brasileiro é feito a partir de óleo de soja (78,4%), sebo bovino (16,4%), óleo de algodão (2,4%) e outras matérias-primas (2,8%)¹.
- O biodiesel destinado à mistura obrigatória² de 3% é adquirido pelas refinarias de petróleo por meio de leilões públicos, que têm periodicidade trimestral. Do volume total a ser comprado, 80% é reservado para as usinas que detêm o Selo Combustível Social, concedido àquelas que negociam a compra da matéria-prima dos agricultores familiares.
- Capacidade de produção estimada da agricultura familiar ultrapassa 3,8 bilhões de litros anuais, dos quais 91% são detentores do Selo Combustível Social.
- 13 leilões de biodiesel já realizados, sendo seis durante a fase de mistura não obrigatória (2005 a 2007) e sete na fase de mistura obrigatória (de 2008 em diante).
- 39 novas usinas aptas a operar desde 2005 com capacidade autorizada de 3,35 bilhões de litros/ano. Mais 14 usinas instaladas estão em fase de regularização.

Etanol

- O Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador de etanol do mundo: foram produzidos 24,5 bilhões de litros em 2008.
- O etanol e a bioeletricidade derivados da cana-de-açúcar diversificam a matriz energética. Hoje, respondem por quase 16% de toda a oferta interna de energia e ocupam o segundo lugar na matriz, somente atrás dos derivados de petróleo, cuja participação é 37%.
- O etanol de cana-de-açúcar reduz em mais de 90% os níveis de emissão de poluentes em relação à gasolina³ e gera emprego e renda no campo, com mais de um milhão de empregos diretos em toda a cadeia de produção.
- As exportações brasileiras de etanol bateram novo recorde em 2008: 5,16 bilhões de litros. Esse volume corresponde a mais do dobro das exportações de gasolina pela Petrobras. Em jan/09, as exportações totalizaram 191 milhões litros⁴.
- Carros Flex-Fuel: 7,3 milhões de unidades comercializadas desde seu lançamento em 2003 até jan/09. Sua atual participação nas vendas mensais de veículos é 86% e representa aproximadamente 28% da frota total de veículos leves em circulação.

Pré-Sal

- Petróleo localizado no mar – do litoral do Espírito Santo a Santa Catarina, nas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos – em profundidades que superam os seis ou sete mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal, o que ajuda a preservar a qualidade do óleo.
- As descobertas indicam volume estimado de 11,5 a 15,5 bilhões de barris, o que significa aumento de 80 a 100% nas atuais reservas brasileiras.

1 Óleo de palma/dendê, óleo de mamona, outros materiais graxos, gordura de porco e óleo de fritura usado.

2 Mistura B3 (3% de biodiesel no diesel) em vigor desde 1ºjul/08.

3 Fonte: Bioetanol de Cana-de-Açúcar: energia para o Desenvolvimento Sustentável. BNDES e CGEE (nov. 2008).

4 O preço está em US\$ 0,48/litro, 20% superior ao preço praticado em jan/08.

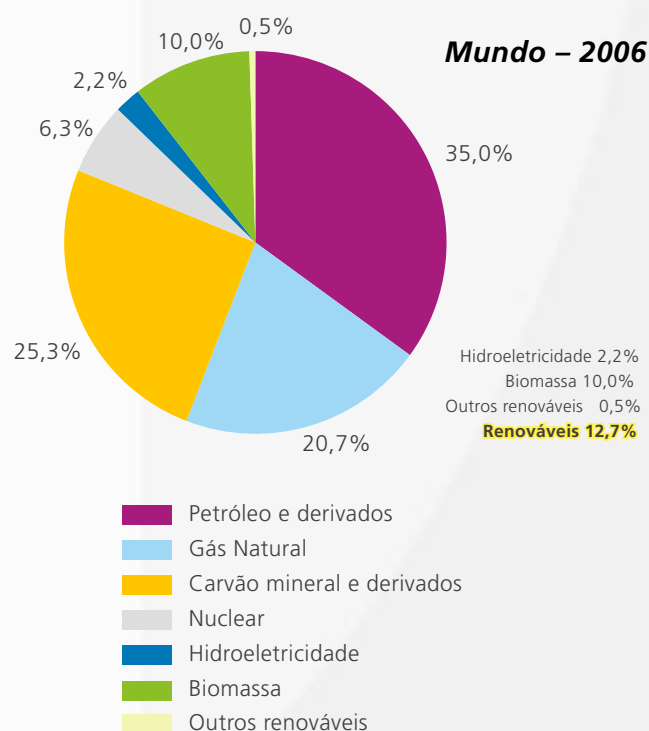
ENERGIA

- O empreendimento Exploração no Pré-Sal foi inserido no PAC⁵.
- Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi: teste das características de produtividade do reservatório de Tupi. Licenças prévia e de instalação expedidas pelo Ibama em fev/09. Início previsto para mai/09.
- Início da implantação do Sistema-Piloto de Produção de Tupi (100 mil barris/dia): objetivo é aprimorar e estender as informações obtidas durante o TLD, minimizando os erros no desenvolvimento do projeto definitivo da área. Início da produção previsto para dez/10.

Energia obtida de hidrelétricas

- Em 2008, as 160 hidrelétricas em operação no País produziram cerca de 75 mil MW, o equivalente a 73% da oferta total de energia elétrica. Em seguida, as termelétricas – com produção de 22,8 mil MW – responderam por 22% da oferta.
- Para sustentar o crescimento da economia, há necessidade de ampliação de 4 mil MW por ano.
- No PAC, está prevista a construção de 59 usinas hidrelétricas⁶, com capacidade instalada de 28,6 mil MW. Grandes usinas, como as no Rio Madeira em Rondônia (Santo Antônio e Jirau), em construção, totalizam 6,45 mil MW de capacidade.
- Previstas também 112 usinas termelétricas com capacidade total de 17,7 mil MW e 15 pequenas centrais hidrelétricas, com capacidade total de 281,8 MW.

Matriz Energética



Fonte: Resenha Energética Brasileira 2007 - MME. Divulgada em out/08.

Energia limpa e renovável

O País conta com uma matriz energética assentada em fontes limpas e renováveis: 45,9% contra apenas 12,7% da matriz mundial. A hidroeletricidade e a energia proveniente de produtos da cana-de-açúcar são os grandes destaques, com participação de cerca de 31% na matriz. Nos últimos 30 anos, o País evitou a emissão de cerca de 800 milhões de toneladas de CO² na atmosfera, devido ao uso do etanol como substituto da gasolina. **Mais informações: www.mme.gov.br.**

5 Consiste na exploração e avaliação pela perfuração de poços, para comprovar as oportunidades exploratórias identificadas pela sismica e geologia nas camadas do pré-sal.

6 Última delas prevista para finalizar em 2016.

POLÍTICA EXTERNA

Presidentes do Brasil e dos EUA acertam ação conjunta para Cúpula do G-20

Em seu primeiro encontro (Washington, 14mar/09), os presidentes do Brasil e dos EUA discutiram temas de interesse bilateral e os meios para fortalecer a cooperação multilateral para lidar com desafios globais e regionais. O Presidente da República do Brasil transmitiu as preocupações com os desdobramentos da crise econômica mundial que, originada no mundo desenvolvido, ameaça os países em desenvolvimento. Os dois líderes acertaram pontos prioritários de trabalho para agenda comum na Cúpula do G-20 (Cúpula de Londres, 2abr/09) e concordaram em criar grupo de concertação econômica para buscar saída coletiva e coordenada para a crise financeira.

América do Sul

- É prioridade da política externa do Governo ajudar a construir uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. No 1ºtrim/09, Presidente brasileiro encontrou-se com líderes de Argentina, Uruguai, Venezuela, Bolívia e Colômbia, com o objetivo de fortalecer relações bilaterais, ampliar a cooperação multilateral no Mercosul e estimular a integração por meio da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

África

- Governo brasileiro realiza política ativa no continente, traduzida em inúmeras visitas presidenciais e projetos de cooperação. Em reunião com embaixadores do Brasil na África Ocidental, Central e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), em 18mar/09, o Presidente da República avaliou perspectivas de aprofundamento do relacionamento bilateral com aqueles países, mediante ações nas áreas de comércio, investimentos, cooperação técnica, energia, educação e cultura.

Oriente Médio

- Exemplo de coexistência pacífica entre árabes e judeus, o Brasil está comprometido com o processo de paz no Oriente Médio. Além de manter contatos com lideranças da região, o Chanceler brasileiro foi porta-voz da ajuda humanitária para os afetados pelo conflito na Faixa de Gaza. A doação foi recebida e distribuída. O Governo participou ainda da Conferência de Doadores (Egito, 2mar/09), em que anunciou doação de US\$ 10 milhões para reconstrução do território.

Ásia

- Ampliam-se as relações com região cuja economia é a que mais cresce no mundo. Aprofundamento das relações com a China é demonstrado pelas visitas do Vice-Presidente da república e do Ministro das Relações Exteriores ao Brasil (18-20jan09).

Fóruns multilaterais

- Brasil permanece comprometido com o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Governo brasileiro participa ativamente do processo de reforma do sistema de governança global e busca maior representatividade nos órgãos decisórios da ONU. País também participa de 11 operações de paz (ex.: Minustah, no Haiti, com efetivo de cerca de 1.300 brasileiros).

Solidariedade

- Além de enviar ajuda humanitária a países da América Latina vitimados por furacões (Cuba, Haiti e Honduras), Brasil inaugurou Armazém Humanitário no Terminal de Cargas do Aeroporto Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro (2mar/09). Objetivo: dinamizar assistência humanitária internacional prestada pelo País. Instalação terá estoque permanente de 14 toneladas de alimentos para doação a populações atingidas por calamidades e desastres naturais.

Por uma nova geografia mundial, mais justa e multipolar

Tradicionalmente orientada pela busca da paz, da solução negociada de conflitos internacionais e pela defesa dos interesses nacionais, a política externa brasileira defende nova geografia mundial não excludente e multipolar. O Brasil valoriza as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, e atua pela construção de nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática. **Mais informações: www.mre.gov.br.**

DEMOCRACIA

Fortalecimento do diálogo com a sociedade civil

A participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas e dos programas de governo ampliou a democracia e criou um novo conceito de governabilidade social. O estímulo a novas parcerias consolidou um ambiente de corresponsabilidade na construção das políticas públicas e nas decisões governamentais. A intensificação da fiscalização e do controle aprofundou a transparência nas ações governamentais.

Articulação com a sociedade civil

- Ampliação e fortalecimento da interlocução com empresários, trabalhadores, jovens, mulheres, estudantes, artistas, índios, negros e representantes da diversidade de gênero, entre outros.
- Ampliação dos canais de diálogo com os movimentos sociais e dos espaços de participação social e de consulta popular, como mesas de diálogo, conselhos, conferências, audiências públicas, fóruns e ouvidorias, com participação efetiva na execução, formulação e avaliação das políticas públicas (ações governamentais).

Comunicação

- Diversificação e otimização dos canais de comunicação do Governo com a sociedade, tendo como foco o cidadão. Em 2008, o Presidente da República concedeu 182 entrevistas, das quais 48 para jornais regionais, 10 exclusivas para mídia nacional e 26 exclusivas para mídia internacional: quase cinco perguntas respondidas por dia, em média, incluindo sábados e domingos.
- Abertos novos espaços de interlocução com públicos da mídia digital e dos jornais populares, além da ampliação do relacionamento com a imprensa regional e internacional.
- Definidos critérios técnicos para distribuição dos investimentos em publicidade institucional, que resultaram na desconcentração dos recursos.

Relação federativa

- Apoio à organização de fóruns de governadores e articulação de ações conjuntas.
- Intensificação da relação com os municípios a partir do fortalecimento do Comitê de Articulação Federativa, instância de diálogo em que participam as três entidades nacionais de prefeitos.
- Atendimento a prefeitos e governadores nos ministérios e apoio técnico aos consórcios públicos.

Fiscalização, controle e combate à corrupção

- Divulgação, no Portal da Transparência, de R\$ 5,3 trilhões do orçamento público federal, com mais de 769 milhões de informações registradas, referentes a 5.327 ações de governo e 535 programas oficiais.
- Criação do Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), acessível pelo Portal da Transparência. O Ceis é um banco de informações mantido pela CGU com a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas.

Um País de todos

O diálogo do Governo com a sociedade civil, os demais Poderes da República e os entes federativos consolida a democracia brasileira. Em sintonia com os princípios constitucionais, assegura o exercício dos direitos sociais, individuais, humanos e da tolerância, assim como da liberdade, segurança, do bem-estar, desenvolvimento, da igualdade e da justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. **Mais informações: www.brasil.gov.br.**

Fique atualizado. Consulte também:
www.brasil.gov.br/noticias/em_questao



PROGRAMAS E TEMAS SETORIAIS

AGRICULTURA E PECUÁRIA

PIB agrícola cresceu 5,8% em 2008

A agropecuária foi a atividade que mais cresceu em 2008. Dados do IBGE, divulgados em mar/09, mostram que o setor cresceu 5,8% no ano passado, seguido de serviços (4,8%) e indústria (4,3%). A agropecuária também foi a atividade que apresentou menor queda no último trimestre de 2008, de 0,5%.

Exportações do agronegócio

- Mar/08 a fev/09: exportações totalizaram US\$ 70,48 bilhões, valor 17% superior ao registrado entre mar/07 e fev/08, que foi de US\$ 60,23 bilhões.
- Fev/09: R\$ 8,44 bilhões exportados, aumento de 8,9% em relação ao mesmo período de 2008. A valorização do dólar em relação ao real contribuiu para que o resultado da balança comercial fosse maior que o de fev/08.

Apoio ao setor de açúcar e álcool

- Anunciada liberação, em mar/09, de R\$ 2,5 bilhões para o programa de financiamento da estocagem de 5 bilhões de litros de etanol na safra 2009/2010. Essa linha de crédito, que conta com recursos do BNDES, irá permitir melhores condições para a equalização de preços entre o açúcar e o álcool e garantir mais capital de giro para o setor, que passa por uma crise que antecede os problemas desencadeados pela crise econômica internacional.

Cooperativismo

- Em jan/09, foram autorizados mais R\$ 700 milhões para capital de giro de cooperativas por meio do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop). Com esse incremento, o programa operado pelo BNDES totalizará R\$ 1,7 bilhão.

Sustentação do preço do café

- Para reduzir a pressão da baixa nos preços do café, foi autorizada, em jan/09, a prorrogação, por até 360 dias, do vencimento da segunda parcela das operações de estocagem, com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Também foi prorrogada – para 31mar/09 – a data de vencimento das operações de custeio, no âmbito do Funcafé, contratadas a partir de jun/07.

Avicultura e suinocultura

- Medida aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em fev/09, amplia limite de cada operação de custeio para avicultura de corte de R\$ 24 mil para R\$ 40 mil, e para perus e suinocultura de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

Enfrentamento da crise econômica

- Todas as medidas de liberação de crédito adicional tiveram o objetivo de garantir mais liquidez para os produtores agropecuários diante dos efeitos da crise financeira internacional, que trouxe retração de crédito por parte de bancos privados e tradings, tradicionais financiadores da agricultura brasileira. Veja página 44.

Mesmo com queda na produção, safra de grãos 2008/2009 deve ser 2ª maior da história

O último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado em mar/09, aponta que a safra 2008/2009 deverá atingir 135,3 milhões de toneladas: 6,1% abaixo do recorde observado na safra 2007/2008, de 144,1 milhões de toneladas. A área plantada deverá crescer 0,5%: de 47,4 milhões de hectares para 47,7 milhões de hectares. **Mais informações: www.conab.gov.br.**

BOLSA FAMÍLIA

Parceria com Odebrecht visa a capacitação e inserção profissional de famílias

Acordo assinado com a empresa em 5fev/09 prevê dez mil vagas para qualificação profissional de beneficiários do Bolsa Família em todo o País. O acordo se iniciará com o Projeto Acreditar, que priorizará os beneficiários do programa nas contratações da construtora nas obras de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira¹.

Meta é ampliada em 2009

- O programa, que atende 11 milhões de famílias, terá seu público ampliado em 2009 para 13 milhões. Resultado da atualização do limite de renda para inclusão no programa (de R\$ 120 para R\$ 137) e da instabilidade da renda das famílias mais pobres. Ampliação será efetivada a partir de mai/09.

Qualificação do cadastro

- A revisão dos cadastros dos beneficiários é pré-requisito para a permanência no programa. Cerca de 3,4 milhões² de famílias terão seus cadastros atualizados pelos municípios até ago/09. A partir de set/09, as famílias cujos cadastros não forem atualizados terão seus benefícios bloqueados.
- Cruzamento feito em 2008 entre dados do Cadastro Único, da Rais e do BPC excluiu cerca de 450 mil famílias, por não se enquadrarem nos critérios do programa, mesmo após período de atualização do cadastro. Do total das 622 mil famílias bloqueadas em set/08, 171.500 tiveram seus benefícios desbloqueados, porque a atualização de seus cadastros confirmou que se mantêm os critérios de atendimento.

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)³

- Lançado em jan/09, índice foi disponibilizado a todos os municípios. Por meio do IDF, os gestores locais identificam as vulnerabilidades e as potencialidades das famílias, para promover ações de melhoria das condições de vida, de garantia de direitos e de desenvolvimento das capacidades (via elevação da escolaridade e qualificação profissional).

Gestão das condicionalidades

- Divulgado calendário de gestão das condicionalidades. O registro das informações da agenda de saúde deve ser realizado até 30jun/09. A frequência escolar relativa ao 1ºbim/09 pode ser enviada entre 23mar e 28abr. O monitoramento das condicionalidades reforça o acesso das famílias pobres aos serviços de saúde e educação e possibilita a identificação de vulnerabilidades que devem ser alvo de ação do poder público.

Qualificação profissional

- Mais de 29 mil pessoas estão inscritas nos postos do Sine para participar do Plano Setorial de Qualificação Profissional (Planseq) Bolsa Família. Ação tem por objetivo qualificar profissionalmente os membros de famílias do programa e inseri-los em postos de trabalho da construção civil e do turismo.

Transferência de renda, segurança alimentar e cidadania

O Bolsa Família, criado em out/03, é um programa de transferência de renda condicionada que concede benefícios financeiros às famílias pobres e extremamente pobres do País. O recebimento dos benefícios é vinculado ao cumprimento de compromissos assumidos nas áreas de educação, saúde e assistência social. O programa também promove a segurança alimentar e nutricional, a conquista da cidadania e o desenvolvimento das potencialidades da parcela mais vulnerável da população. **Mais informações:** www.mds.gov.br/bolsafamilia.

¹ No pico da construção, serão gerados nove mil empregos apenas nessa usina. A obra será concluída em 2014.

² Refere-se ao número de cadastros com benefícios que não sofreram nenhuma atualização nos últimos dois anos.

³ O IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias, elaborado a partir de seis aspectos: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mais recursos para pesquisa e inovação

123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) vão receber R\$ 605 milhões nos próximos cinco anos. Foco é a pesquisa científica básica, em projetos associados à inovação empresarial. Os INCTs articulam grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência, estratégicas para o desenvolvimento do País, e contam com recursos dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Saúde e da Educação, BNDES, Petrobras e das fundações estaduais de amparo à pesquisa de MG, SP, RJ, AM, PI, RN, PA e SC.

Novo navio hidro-oceanográfico fortalece Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI)

- Laboratório Nacional Embarcado “Cruzeiro do Sul”, que faz pesquisas no mar, foi adquirido por convênio entre Marinha, Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Custo: R\$ 26 milhões.

Recursos para a promoção da inovação tecnológica nas empresas

- Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime) – Lançados editais de seleção de empresas de base tecnológica com até 24 meses de vida para receber subvenção de até R\$ 120 mil. São R\$ 230 milhões em 2009 para cerca de 1,9 mil empresas. Dezesete empresas-âncora já contratadas pela Finep selecionarão e acompanharão a implantação dos melhores projetos.
- Programa Inovar Semente – Lançada chamada para capitalização de fundos de investimento em microempresas e empresas de pequeno porte (faturamento de até R\$ 2,4 milhões) inovadoras.

P,D&I em áreas estratégicas

- Lançada a Rede Brasileira de Pesquisa sobre o Câncer, que unifica diversos grupos de pesquisa, e anunciados os primeiros resultados da pesquisa de sequenciamento do genoma do câncer de mama, pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (parceria MCT e Ministério da Saúde).
- Iniciada a construção do Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), em Campinas (SP): investimentos de R\$ 8 milhões, apenas em infraestrutura. Laboratório terá papel estratégico na realização de pesquisas, desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva de cana-de-açúcar/ bioetanol.

C,T&I para o Desenvolvimento Social: 4ª Olimpíada de Matemática e VerdeMinas

- 4ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas já selecionou 800 mil alunos, entre mais de 18 milhões inscritos, em 40.377 escolas, em 5.493 municípios. Edição premiará três mil alunos com bolsas de Iniciação Científica Júnior do CNPq/MCT, no valor de R\$ 100 mensais, durante um ano. Escolas, municípios e professores recebem cursos de formação e aperfeiçoamento pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada.
- Programa VerdeMinas. Convênio firmado com MG para organizar e integrar a rede de entidades de educação ambiental. 50 mil vagas (entre professores, alunos, extensionistas e agricultores). Foco: geração de renda e qualidade de vida de agricultores e consumidores. Recursos: R\$ 12,6 milhões (MCT) mais R\$ 3,5 milhões (contrapartida).

Ampliar a base científica e tecnológica do País

Expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em articulação com governos estaduais, para ampliar a base científica e tecnológica nacional; promover ambiente favorável à inovação nas empresas, fortalecendo a PDP (veja página 17); fortalecer atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas; popularizar o ensino de ciências, a universalização do acesso a bens gerados pela ciência e a difusão de tecnologias que melhorem as condições de vida da população são os principais objetivos do Plano de Ação de C,T&I para o Desenvolvimento Nacional.

Mais informações: www.mct.gov.br.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

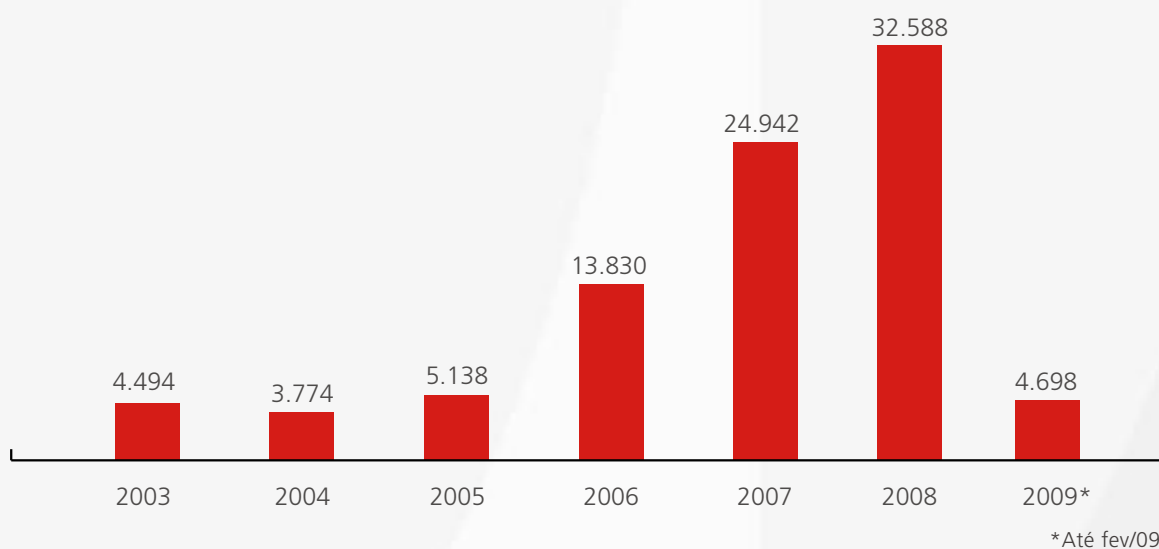
O Brasil enfrenta a exploração sexual de meninas e meninos com campanha no Carnaval

No Carnaval de 2009, o Disque 100 recebeu e encaminhou 1.085 denúncias, resultado da Campanha Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, lançada em 12 cidades. Com o tema Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é Crime. Denuncie! Procure o Conselho Tutelar de sua Cidade ou Disque 100, a campanha teve materiais de divulgação em português, inglês e espanhol, voltados para os turistas estrangeiros.

O Disque 100 – Disque Denúncia Nacional

- Além de casos de exploração sexual, o Disque 100 recebe informações sobre maus-tratos, violência contra crianças e adolescentes, negligência, entre outros crimes. O serviço funciona diariamente das 8 às 22 horas, inclusive nos finais de semana e feriados.
- Desde 2003, quando o Governo Federal assumiu o serviço, o número de denúncias recebidas pelo Disque 100 aumentou de uma média de 12 para 89 por dia, fruto da maior conscientização da população sobre o tema.

Evolução de denúncias recebidas pelo Disque 100



- 2º Seminário do Disque Denúncia Nacional, com o tema Compartilhando Metodologias de Serviços de Disque Denúncia e Pactuando Fluxos de Proteção a Crianças e Adolescentes, realizado em fev/09, teve mais de 100 participantes, entre representantes do Ministério Público, Varas Criminais, gestores e coordenadores de serviços de Disque Denúncia de 25 estados.
- Assinado termo de parceria com o Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude dos Ministérios Públicos dos Estados e Distrito Federal (Foncaije) para o monitoramento das denúncias recebidas pelo Disque 100.
- Saiba mais: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/exploracao_sexual/.

Garantia de direitos de crianças e adolescentes

A Agenda Social Criança e Adolescente, lançada em out/07, prevê R\$ 2,1 bilhões até 2010 para três projetos: Bem-me-quer (enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes); Caminho para Casa (promoção do direito à convivência familiar e comunitária) e Na Medida Certa (implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase). **Mais informações:** www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda_social.pdf.

CULTURA

Cinema ao alcance de todos

Em fev/09, foi lançado edital para seleção de 100 Cines Mais Cultura, que receberão telão de 4mx3m, projetor, câmera digital, aparelho de DVD, computador e 330 filmes brasileiros selecionados. O edital contemplará núcleos prioritariamente localizados nas periferias dos grandes centros urbanos e em municípios integrantes dos Territórios da Cidadania (veja página 40). Em 2008, foram realizadas seis oficinas que capacitaram 155 agentes de audiovisual, de 82 Cines Mais Cultura distribuídos em 23 estados brasileiros.

Pontos de Cultura

- Iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que firmaram convênio com o MinC, via edital público, com o objetivo de articular e impulsionar ações que já existem nas comunidades. Meta de mais de dois mil pontos até final de 2009¹, dos quais 900 já são apoiados. Assinados convênios com 20 estados² e dois municípios³ para seleção de 1.257 pontos de cultura em 2009.

Conteúdos para TVs públicas

- Lançado em 9dez/08, o edital de seleção de Projetos de Desenvolvimento e Produção de Teledramaturgia Seriada para TVs Públicas – FICTV, que destinará R\$ 8 milhões para três minisséries dirigidas a jovens das classes C, D e E, a ser veiculadas nas emissoras públicas. Cada uma terá 13 capítulos, com custo, por episódio, de cerca de R\$ 180 mil.

Pontinhos de Cultura – Espaços de Brincar

- Premiadas, com R\$ 18 mil cada uma, 205 iniciativas que reconhecem e valorizam as brincadeiras e os jogos infantis como direito e oportunidade de aprendizado. Do total, 27 concentram-se nos Territórios da Cidadania e 93 em áreas do Pronasci (veja página 38).

Pontos de Leitura

- Aprovadas 514 iniciativas de fomento à leitura, de pessoas físicas e jurídicas, sendo 175 oriundas dos Territórios da Cidadania e 160 dos municípios prioritários do Pronasci. Cada uma receberá, ao longo de 2009, kits contendo 500 livros, mobiliário e computador completo, além de centenas de gibis da Turma da Mônica.

Implantação e Modernização de Bibliotecas

- De jan-mar/09, bibliotecas foram implantadas em 300 municípios e modernizadas em outras 65 cidades. Serão implantadas, até final de 2009, bibliotecas nos 676 municípios que não têm esse equipamento, identificados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Cada uma receberá um kit com dois mil livros, mobiliário, acervo e equipamentos. Outras 444 estão sendo modernizadas, 299 das quais nos Territórios da Cidadania.

Garantir acesso aos bens culturais

O Programa Mais Cultura tem como meta o apoio à cultura como inclusão social, vetor de desenvolvimento econômico e qualificação dos espaços urbanos. Em 2008, foram executados 90% do orçamento previsto para o programa, o que representa R\$ 199 milhões, a partir da adesão de 24 estados brasileiros e 17 órgãos do Governo Federal. Atende, prioritariamente, áreas de grande vulnerabilidade social, com menores IDHs e IDEBs, mapeadas pelos Territórios da Cidadania e Pronasci.

Mais informações: mais.cultura.gov.br.

1 Meta de três mil pontos divulgada na edição de dez/08 foi revista.

2 AC, AP, AM, PA, RO, TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, GO, MS, RJ, SC, MG.

3 Curitiba e Goiânia.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO – PDP

Crescem financiamentos para investimentos e exportações

Desembolsos de todas as linhas do BNDES para investimento das empresas atingiram cifra recorde de R\$ 92,2 bilhões em 2008, com aumento de 42% em relação a 2007. Recursos para exportações totalizaram R\$ 6,5 bilhões em 2008, resultado 56% superior ao observado no ano anterior.

Ampliação do investimento e das exportações: principais realizações até mar/09

- Os desembolsos das linhas do Fname/BNDES para financiamento de máquinas e equipamentos novos aumentaram de R\$ 17 bilhões, em 2007, para R\$ 22,1 bilhões, em 2008 (+30%); do BNDES Automático, que apoia projetos de investimento de até R\$ 10 milhões, passaram de R\$ 5 bilhões para R\$ 5,5 bilhões (+10%) e do Finem/BNDES, para expansão da capacidade produtiva e modernização de empresas, cresceram de R\$ 27 bilhões para R\$ 34,6 bilhões (+28%).
- Financiamento para micros, pequenas e médias empresas: recorde do valor de operações do Cartão BNDES¹ (R\$ 845,7 milhões), que representa 66% a mais em relação a 2007, e das solicitações de credenciamento (14% de novos fabricantes e 70% de distribuidores).
- A carteira do PEC/BNDES, para financiamento de capital de giro, soma R\$ 1 bilhão, com 80 operações desde sua criação em dez/08. Em fev/09, foi ampliado o prazo de financiamento, de 13 para 24 meses, e a vigência do PEC foi prorrogada até dez/09.
- No âmbito do Modernmaq/BNDES², foram aprovadas 5.751 operações em 2008, no valor de R\$ 3,2 bilhões. Os desembolsos em 2008 chegaram a R\$ 2,6 bilhões (igual a 2007).
- Financiamento para a cadeia produtiva farmacêutica: Profarma/BNDES³, contou com 15 operações contratadas, totalizando R\$ 118 milhões de financiamento que, em conjunto com a contrapartida das empresas, somam R\$ 237 milhões em investimentos em 2008 (+7% em relação a 2007).
- Aumento de recursos do BNDES para financiamento de exportações: os desembolsos em 2008 atingiram R\$ 6,5 bilhões, resultado 56% superior em relação a 2007, quando as liberações totalizaram R\$ 4,17 bilhões.
- Crédito para exportadores via Proex⁴: em 2008, foram executados R\$ 1,3 bilhão no Proex-Financiamento, para compradores das exportações brasileiras, e R\$ 306,3 milhões no Proex-Equalização, que cobre, a fundo perdido, a diferença entre os juros obtidos pelos exportadores no mercado interno e as taxas internacionais.
- As exportações brasileiras cresceram 23% em 2008 em relação a 2007, alcançando US\$ 197,9 bilhões.

Mobilização do setor produtivo

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em mai/08, ordenou critérios para financiamento e se constitui em um dos pontos de apoio que contribui para enfrentar a crise. É baseada em três eixos – ampliação do investimento, da inovação e das exportações. Utiliza instrumentos como incentivos fiscais; crédito e subvenção econômica; poder de compra governamental; regulação técnica, econômica e concorrencial e apoio técnico (certificação, metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial, recursos humanos e outros) para executar ações, em conjunto com o empresariado. **Mais informações: www.desenvolvimento.gov.br/pdp e www.abdi.com.br.**

1 Linha de crédito rotativo pré-aprovada especificamente para micros, pequenas e médias empresas.

2 Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional.

3 Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica.

4 Programa de Financiamento às Exportações. Utiliza recursos do Tesouro Nacional e é operado pelo Banco do Brasil.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Pacto para erradicação do sub-registro civil de nascimento¹ no Norte e Nordeste

O Governo Federal pactuou com governadores da Amazônia Legal e Nordeste ações para erradicar o sub-registro civil de nascimento até 2010, como mecanismo de redução das desigualdades nessas regiões. Estão em elaboração os planos operacionais para alcançar a meta estabelecida no pacto.

Campanha de Erradicação do Sub-Registro de Nascimento na Amazônia Legal e Nordeste

- Ações principais: instalação de postos para agilizar fluxo entre as maternidades do SUS e cartórios (entrega da certidão de nascimento antes de a mãe receber alta); fortalecimento da Declaração de Nascido Vivo (DNV) como instrumento de acesso às políticas sociais; mutirões e campanhas de mobilização; promoção do registro civil de nascimento nas campanhas de vacinação; revisão legislativa do registro civil de nascimento²; implantação de cadastro nacional.
- Foram distribuídos materiais de orientação quanto à importância do registro e como fazer para obtê-lo:
 - Para recém-nascidos: os pais³ devem comparecer a um cartório (no local de nascimento da criança ou de residência) em 15 dias, ou até três meses, se a criança morar a mais de 30 km do cartório. Documentação exigida: Declaração de Nascido Vivo, fornecida pelo hospital ou pela maternidade; certidão de casamento e documento de identificação⁴.
 - Para crianças até 12 anos, as exigências são as mesmas previstas para recém-nascido, mas o registro é feito apenas no cartório mais próximo de onde a criança reside.
 - Para pessoas com 12 anos ou mais, é necessária a presença em cartório de duas testemunhas maiores de 18 anos.

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

- 13 novas unidades móveis contratadas, em implantação.
- 15 novos pontos de emissão de Carteira de Trabalho implantados.
- Em 2008, foram emitidos 258.168 documentos, dos quais 148.972 para mulheres, nos 505 mutirões realizados e nas duas unidades móveis implantadas (PA e PI).
- Em 2009, foram realizados 12 mutirões com 5.604 documentos emitidos (jan-fev/09), sendo 2.703 para mulheres.

Registro Civil de Nascimento acelera redução da desigualdade

A Agenda Social Documentação Civil Básica visa a erradicar o sub-registro de nascimento e expandir o acesso à documentação básica. Com orçamento de R\$ 101,6 milhões até 2010, prioriza a Amazônia Legal; povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos); trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de recicláveis; pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos; municípios com índice de sub-registro acima de 25% sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes. O registro de nascimento é necessário para obter a documentação civil (carteira de identidade, CPF e carteira de trabalho) e para ter acesso a programas sociais. **Mais informações:** www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ld_rcn/.

1 Considera-se sub-registro a situação das crianças com até um ano de idade sem registro de nascimento.

2 Está em estudo a elaboração de um Projeto de Emenda Constitucional para reverter a legislação atual que define que só os cartórios (iniciativa privada) podem emitir o registro civil de nascimento e para propor uma compensação pela queda de arrecadação devido ao estabelecimento da gratuidade na emissão do registro.

3 Se os pais não são casados, devem ambos comparecer ao cartório. Se o pai não puder ir junto, a mãe só pode fazer o registro civil com o nome paterno se tiver uma declaração do pai para esse fim específico (com firma reconhecida).

4 Se a criança não nasceu em hospital e não tem a DNV, os pais devem comparecer ao cartório acompanhados obrigatoriamente por duas testemunhas maiores de 18 anos que confirmem a gravidez e o parto.

ESPORTE

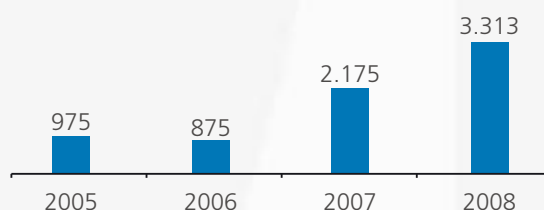
Novas medidas para garantir paz e segurança nos estádios de futebol

Decreto, assinado em 13mar/09, condiciona uso de estádios com capacidade superior a dez mil espectadores à apresentação de laudos de segurança, engenharia, incêndio e condições sanitárias. Grandes estádios deverão apresentar ainda laudo de estabilidade estrutural. Projeto de Lei encaminhado ao Congresso (13mar/09) tipifica crimes nos estádios e arredores, com penas de reclusão. Torcidas organizadas responderão por danos causados por associados. Projeto prevê que torcedores serão cadastrados e terão cartão magnético.

Crescem os recursos destinados à inclusão social pelo esporte

- Programa Segundo Tempo.
 - Criado em 2003 para democratizar a prática desportiva, já beneficiou mais de 3,2 milhões de pessoas. Público-alvo: crianças e jovens expostos a risco social.
 - Investidos R\$ 296 milhões em 2008 (R\$ 129 milhões em 2007).
- Programa Bolsa Atleta amplia número de beneficiários.
 - Criado em 2005, proporciona auxílio financeiro a atletas de alto rendimento que não têm patrocínio (modalidades de competição que exigem alta performance). 3.313 atendimentos em 2008.

**Evolução do Programa Bolsa Atleta
(em atendimentos)**



Recursos ampliados para obras de infraestrutura

- Orçamento de 2009 prevê cerca de R\$ 1 bilhão para 4.373 espaços esportivos e aquisição de equipamentos para instituições de ensino e comunidades (R\$ 526,3 milhões em 2008).
- Praças da Juventude: complexos esportivos em regiões de vulnerabilidade social (quadras poliesportivas, campos de futebol, pistas de corrida e skate, áreas de ginástica, centros de convivência e da terceira idade). Uma praça em construção em SE e mais 13 em licitação (RS, PE, PA, SP, MG, DF, CE, AC e cinco no RJ). Parceria com Pronasci, do Ministério da Justiça (veja página 38).

Brasil – sede de grandes eventos esportivos

- Copa do Mundo 2014: anúncio das 12 cidades escolhidas como sede dos jogos do Mundial de Futebol adiado pela Fifa para final de mai/09.
- Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro: dossiê da candidatura apresentado ao Comitê Olímpico Internacional (COI) em fev/09. Detalhados projetos relacionados a temas como segurança, transporte, rede hoteleira, instalações e mídia. Escolha da cidade-sede: 2out/09.

Esporte, lazer e diversão promovem inclusão, saúde e desenvolvimento

As políticas federais para o esporte foram organizadas em cinco eixos: ampliação de infraestrutura, inclusão social, modalidades de alto rendimento, organização do futebol e grandes eventos. O apoio à Copa do Mundo 2014 e à candidatura olímpica do Rio de Janeiro em 2016, a Lei de Incentivo ao Esporte (2006) e programas como o Bolsa Atleta e o Segundo Tempo integram a estratégia para estimular a prática desportiva e desenvolver o esporte em suas dimensões social, econômica e cultural. **Mais informações: www.esporte.gov.br.**

EDUCAÇÃO – PDE

Melhoria da educação básica é foco em capacitação de novos secretários municipais

O MEC, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, iniciou a formação dos novos secretários municipais de educação. Em encontros regionais são apresentados os programas e ações para a educação básica, informados os procedimentos para assistência técnica e financeira, bem como solucionadas as dúvidas dos novos gestores. Até abr/09, secretários dos 5.563 municípios serão capacitados. Conheça aqui os componentes do PDE para a educação básica.

Formação e valorização dos profissionais da educação

- Piso nacional para professores de escolas públicas: R\$ 950 (Lei 11.738/08).
- Universidade Aberta do Brasil (UAB): expansão e interiorização da oferta de cursos de educação superior a distância, de graduação e cursos de formação continuada.
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid): bolsas para alunos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas.

Avaliação e responsabilização

- Educacenso: cadastro de escolas públicas e privadas, docentes, auxiliares e estudantes.
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): afere a qualidade da educação, considerando indicadores de fluxo escolar e de desempenho dos estudantes em avaliações.
- Provinha Brasil: avalia a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.
- Prova Brasil: avalia estudantes de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental de escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos.

Apoio ao aluno e à escola pública

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb): financia toda a educação básica, da creche ao ensino médio.
- Ensino fundamental de nove anos (Lei 11.274/06).
- ProInfância: construção e reestruturação de creches e pré-escolas.
- Caminho da Escola: recursos financeiros e financiamento do BNDES para renovação, ampliação e padronização da frota escolar.
- Proinfo: alfabetização digital de professores e estudantes. Inclui laboratórios de informática, conexão à internet, formação de professores e produção de conteúdos educacionais.
- PDE da Escola: fortalecimento da gestão escolar, a partir do diagnóstico dos desafios de cada escola e da definição de um plano para melhoria dos resultados dos estudantes.
- Mais Educação: educação em tempo integral para estudantes de escolas públicas.

Atendimento educacional especializado

- Salas de recursos multifuncionais: equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade.
- Ampliação do atendimento a estudantes com deficiência (Decreto 6.571/08).

Qualidade da educação da creche à pós-graduação

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) compreende um conjunto de ações estratégicas que visa à ampliação do acesso e da qualidade da educação em todos os níveis, etapas e modalidades, da creche à pós-graduação. O PDE compreende mais de 40 programas, organizados em quatro eixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica e Alfabetização e Educação Continuada. **Mais informações: www.mec.gov.br.**

EDUCAÇÃO – PDE

<i>Programas e Ações</i>	<i>Metas</i>	<i>Realizado (mar/09)</i>
Educação Básica		
UAB	850 polos (até 2011)	562 polos
Pibid	9.200 bolsas (até 2010)	2.321 bolsas
ProInfância	500 novas unidades escolares/ano	1.024 creches conveniadas para construção
Caminho da Escola (ônibus escolar)	15 mil veículos (até 2011)	2.487 veículos (740 com recursos MEC, 597 dos municípios e 1.150 do BNDES ¹)
Proinfo – laboratórios de informática	29 mil laboratórios em 2008 e 26 mil em 2009	26 mil laboratórios adquiridos em 2008
Proinfo – conexão à internet)	22 mil conexões em 2008 e 22 mil em 2009	19.412 escolas conectadas em 2008
Ideb	Médias 6,0 (até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª séries) e 5,2 (ensino médio) até 2021	2007: já alcançadas médias previstas para 2009 (respectivamente 4,2; 3,8 e 3,5)
Fundeb	União participa com 10% do fundo de 2010 a 2020	Investimento de R\$ 3,2 bilhões (2008)
Ensino Fundamental de 9 anos (público e privado)	Alcançar todas as escolas (até 2010)	52% de matrículas nesse regime
PDE da Escola	29 mil escolas (2009)	5.538 escolas
Mais Educação	5 mil escolas (2008 e 2009)	1.380 escolas em 2008
Sala de recursos multifuncionais	15 mil salas (até 2009)	5.551 salas (2005 a 2008)
Educação Superior		
Expansão da educação superior / Reuni ²	16 novas universidades federais e 100 novos campi (2010)	Universidades: 12 em funcionamento; projetos de criação de quatro em tramitação no Congresso Nacional. Campi: 67 em funcionamento; 33 em obras ou ação preparatória
Prouni	720 mil bolsas (até 2011)	434.662 bolsas ocupadas desde 2005
Fies ³	400 mil contratos (até 2011)	315.184 (2003 a 2008)
Educação Profissional e Tecnológica		
Expansão do ensino técnico	214 novas escolas técnicas (até 2010)	66 funcionando em instalações definitivas; 90 em obras (das quais 10 funcionando em instalações provisórias) e 58 em ação preparatória
Alfabetização e educação continuada		
Brasil Alfabetizado	1,6 milhão de alunos/ano	2003-2007: 8 milhões de alunos 2008: 701.335 alunos em turmas ativas

1 Errata: na edição anterior, constou equivocadamente o número de 1.152 veículos com recursos do BNDES.

2 Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

3 Fies: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

HABITAÇÃO – MINHA CASA, MINHA VIDA

Plano Habitacional amplia acesso à casa própria e estimula a construção civil

O Plano Habitacional Minha Casa, Minha Vida, lançado em 25mar/09, tem como meta o acesso a um milhão de moradias para famílias com renda até 10 salários mínimos (sm). Amplia o subsídio, dá maior acesso a financiamento pelo FGTS, reduz o risco do financiamento, barateia o seguro e torna opcional a entrada para financiamento dos mutuários. Construtoras têm nova linha de financiamento e desoneração tributária. Regularização fundiária é facilitada. Programa estará disponível para acesso na Caixa a partir de 13abr/09.

Construção de moradia popular para renda familiar até 3 salários mínimos

- Subsídios para construção e financiamento de 400 mil moradias populares: R\$ 16 bilhões.
 - Funcionamento: União solicita apresentação de projetos a construtoras; projetos são analisados e contratados pela Caixa, e famílias a serem atendidas são indicadas por estados e municípios; pagam prestação de 10% da renda, somente após entrada no imóvel, por 10 anos, com prestação mínima de R\$ 50 por mês. Registro do imóvel é feito em nome da mulher.

Melhores condições de financiamento para renda familiar de 3 a 6 salários mínimos

- Ampliação do subsídio em financiamentos oriundos de recursos do FGTS para aquisição ou construção¹ de 600 mil imóveis: aporte total de R\$ 10 bilhões (R\$ 2,5 bilhões da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS).
 - Subsídios por família triplicados e progressivos. Para renda de 3 sm, variam de R\$ 13 mil a R\$ 23 mil, dependendo do tamanho e localização da cidade, e para renda de 4 sm, de R\$ 6 mil a R\$ 16 mil. Faixas de 5 e 6 sm recebem, pela primeira vez, subsídios que variam de R\$ 2 mil a R\$ 9 mil.
- Taxa de Juros reduzidas: 5% ao ano+TR² para renda de 3 a 5 sm, e 6% ao ano+TR para 5 a 6 sm.

Criação do Fundo Garantidor – R\$ 1 bilhão

- Permite refinanciamento de parte das prestações em caso de perda temporária da renda.
- Garante 36 prestações para 3 a 5 sm, 24 para 5 a 8 sm, e 12 para 8 a 10 sm.

Barateamento do preço do seguro – R\$ 1 bilhão

- União garante quitação do financiamento em casos de morte e invalidez permanente e danos físicos ao imóvel. Renda até 5 sm não terá cobrança de taxa. Demais contribuem com taxa de 1,5% a 6,6% da prestação, dependendo da idade.

Financiamento para construtoras

- Duas linhas de financiamento – Infraestrutura: linha especial com juros de TJLP + 1% a.a com carência até o final da obra. Valor total: R\$ 5 bilhões; Cadeia produtiva: Linha BNDES Construção Civil – R\$ 1 bilhão.

Desoneração para construtoras

- Redução de 7% para 1% da taxa do Regime Especial Tributário.

Barateamento de custos de cartório

- Para mutuários: registro gratuito para renda até 3 sm, e redução de até 90% para demais faixas.
- Para empreendedor: redução de 75% a 90% do custo, dependendo do valor do imóvel.

Simplificação da Regularização fundiária

- MP simplifica procedimento de identificação de proprietários de áreas ocupadas e acelera processo.

Mais informações: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao; www.caixa.gov.br.

¹ Refere-se a financiamento de materiais de construção.

² Taxa Referencial de Juros.

JUVENTUDE – PROJOVEM

Matrículas do ProJovem Urbano estão abertas nas capitais brasileiras

240 mil vagas oferecidas em 71 municípios com mais de 200 mil habitantes e 20 estados (que levarão o programa para cidades menores). Jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e não concluíram o ensino fundamental, podem se matricular até o final de março de 2009¹.

ProJovem Adolescente

- 398.450 matriculados com frequência em atividades socioeducativas² de 2007 a 2008.
- Perspectiva de atendimento de mais 64.000 jovens³ em 2009. As capacitações estaduais, com treinamento dos gestores e professores nos estados e municípios começaram em mar/09 e vão até mai/09.
- Esta modalidade do ProJovem reformula o antigo programa Agente Jovem e tem como objetivos contribuir para o retorno à escola dos jovens que abandonaram precocemente os estudos e assegurar proteção social básica e assistência às famílias.
- Destina-se aos jovens de 15 a 17 anos, que vivem em situação de vulnerabilidade social, independentemente da renda familiar, ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família. Oferece atividades socioeducativas durante 24 meses, com adicional de até dois benefícios de R\$ 30 por família para aquelas cadastradas no Bolsa Família.

ProJovem Urbano

- Com início em out/08, atualmente conta com 76 mil alunos matriculados. A previsão é de 242 mil vagas disponibilizadas em todas as regiões brasileiras em 2009.
- É uma reformulação do programa ProJovem original e tem por objetivo promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias. De 2005 a 2008, contou com 241.325 alunos matriculados.

Encontro do Conselho Nacional de Juventude (9-11mar/09)

- Fórum com entidades envolvidas na temática de juventude no Brasil que fortalece elo entre Governo e sociedade e revigora o caráter participativo e democrático do Governo. Foram debatidos: proposta de reestruturação do ensino médio brasileiro e o programa Viva Vida, do Sesi, que trata do combate à exploração sexual de jovens acima de 18 anos.

ProJovem integra ações e amplia público beneficiário

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens oferece oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano (cultura, esporte, lazer, inclusão digital e ação comunitária). Norteados pela noção fundamental de gerar oportunidades e assegurar direitos, o ProJovem articula, integra e amplia programas para a juventude. Engloba quatro modalidades: ProJovem adolescente, urbano, campo e trabalhador. **Mais informações: www.juventude.gov.br.**

¹ Informações sobre vagas e locais de matrícula: 0800 722 7777, de 2ª a 6ª, das 7 às 23 horas, e sábados, domingos e feriados, das 8 às 20 horas.

² Na edição de dez/08 foi informado que havia 438 mil vagas preenchidas. As vagas tinham sido distribuídas aos municípios. A partir de uma atualização dos dados, feita após avaliação do programa, totalizaram 398 mil.

³ Meta considera o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional em dez/08.

MAIS ALIMENTOS

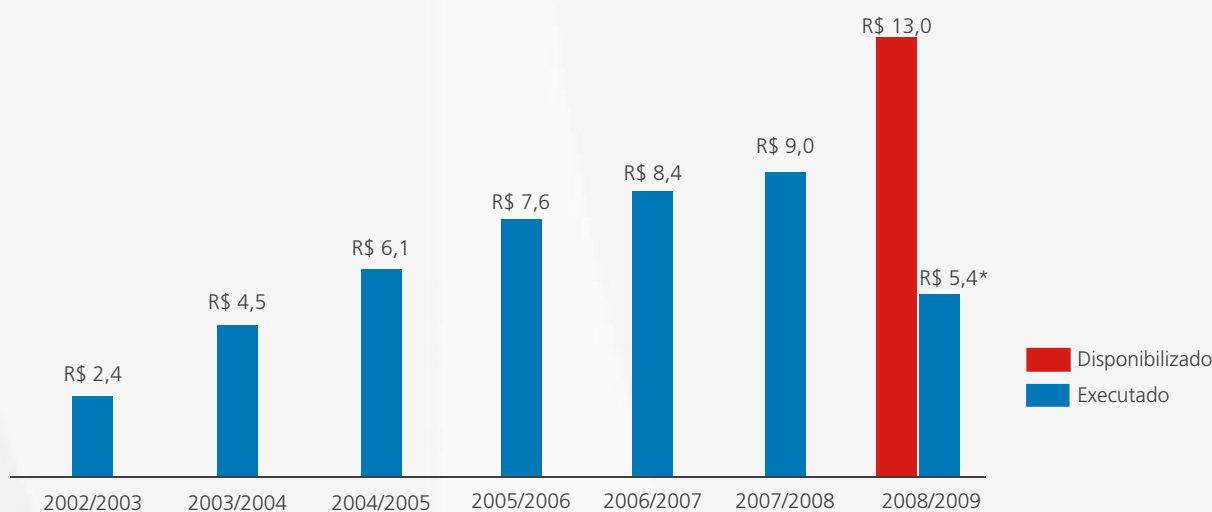
6.492 agricultores familiares já receberam seus tratores desde out/08

Mecanização: mais de 11.500 tratores de até 78 CV – potência adequada às necessidades dos agricultores familiares – foram encomendados para modernizar, ampliar e qualificar a produção de alimentos. Destes, 6.492 tratores já chegaram ao campo. A aquisição desses tratores foi facilitada por um acordo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a Anfavea, garantindo desconto de até 17,5% nos preços.

Crédito rural

- Mais de 835 mil famílias já acessaram crédito de custeio e investimento do Pronaf até fev/09 e utilizaram R\$ 5,4 bilhões para financiar as atividades produtivas da agricultura familiar. Total disponibilizado para a safra 2008/2009: R\$ 13 bilhões.

Recursos Pronaf - Em R\$ bilhões



*Até fev/09.

Assistência Técnica

- A extensão rural qualifica o crédito tomado pelo produtor. Viabiliza a elaboração de projetos sem custos adicionais e assessoria-o na tomada de decisões nos investimentos e na escolha da cultura e variedades adaptadas. Além disso, a extensão rural leva informações sobre seguro de preço, de risco climático e garantia de safra. Recursos disponibilizados passaram de R\$ 2 milhões, em 2003, para R\$ 397 milhões, em 2008.

Apoio à comercialização

- R\$ 89 milhões foram utilizados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), até dez/08, na aquisição de produtos da agricultura familiar em todo o País, permitindo estabilidade de preços em alguns produtos e garantia de renda para as famílias produtoras.

Mais produtividade da agricultura familiar ajuda a combater a inflação

O Programa Mais Alimentos foi lançado em 3jul/08 para fazer frente à ameaça de aumento dos preços dos alimentos. Ele permite o fortalecimento da agricultura familiar com mais investimento, mais tecnologia e mais comercialização; esses elementos de política pública propiciam mais renda às famílias e permitem sua manutenção no campo. Aumentos de produção e produtividade beneficiam diretamente, também, a população urbana, pois permitem a estabilidade de preços e maior consumo com produtos de melhor qualidade. **Mais informações: www.mda.gov.br.**

MEIO AMBIENTE

Desmatamento na Amazônia tem maior queda dos últimos anos

O desmatamento na Amazônia Legal, medido pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), caiu 70%, entre nov/08 e jan/09 – de 2.527 km² (nov/07 a jan/08) para atuais 754,3 km². Entre as causas para a redução do desmatamento estão o incremento das ações de fiscalização ambiental e a queda da atividade madeireira e da agropecuária, em função da crise.

Operação Arco Verde: ações voltadas para os 36 municípios que mais desmatam

- Oficinas com governos estaduais e prefeitos em mar/09 traçam ação coordenada para fomento a atividades produtivas, regularização fundiária e apoio à gestão ambiental.

Projeto Corredores Ecológicos

- Visam à conservação da diversidade biológica das florestas tropicais, por meio da integração de Unidades de Conservação (UCs) públicas e privadas.
- Assinados 17 contratos para pilotos dos projetos Corredor Central da Mata Atlântica¹ e Corredor Central da Amazônia²: cerca de R\$ 6 milhões.

Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

- Envolve apoio a consórcios interfederativos e intermunicipais para melhorias na gestão da coleta, destinação e tratamento de resíduos, evitando lixões.
- Firmados convênios com estados do AC, RN, CE, PA, SC e com o município de Ariquemes (RO).

Recursos Hídricos

- PAC Infraestrutura Hídrica:
 - Definidos 12 consórcios (157 municípios) para implantação de sistemas adequados de destinação de resíduos, como aterros sanitários e unidades de compostagem e de recicláveis.
 - Investimento de R\$ 83 milhões nos Programas de Revitalização das Bacias Hidrográficas dos Rios São Francisco e Parnaíba, nos estados de AL, BA, MA, MG, PE, PI e SE.
- Revitalização de Bacias Hidrográficas:
 - Lançado Plano Integrado de Desenvolvimento Florestal Sustentável da Bacia do São Francisco.
 - Publicado Censo Estrutural da Pesca na Bacia do São Francisco, que visa à implementação de monitoramento contínuo para uso sustentável dos recursos pesqueiros.
 - Firmados convênios com AC e PA³ para elaboração de um planejamento de execução das ações orientadas pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos (pnrh.cnrh-srh.gov.br/)⁴.
- Programa Água Doce: acesso à água de boa qualidade para consumo humano:
 - Implantadas três unidades demonstrativas de tecnologias de convivência com o Semiárido (RN, PI e AL) e recuperados 39 sistemas de dessalinização.
 - Programa já beneficiou cerca de 42.000 pessoas de 42 localidades do semiárido brasileiro⁵.
- Projeto Sistema Aquífero Guarani⁶:
 - Gestão compartilhada, pelos quatro países envolvidos (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina), dos recursos hídricos subterrâneos.
- Divulgados manuais e guias sobre gestão e preservação do aquífero para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgãos estaduais, universidades e movimentos sociais.

Mais informações: www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=34.

1 Na BA e ES. O objetivo é a construção de experiências exitosas e práticas na construção e/ou restauração de corredores ecológicos.

2 No AM, cujo objetivo é a manutenção da conectividade através do uso sustentável dos recursos naturais.

3 Esses estados abrangem as bacias Amazônica (AC e PA), Tocantins-Araguaia (PA) e Atlântico Nordeste Ocidental (PA).

4 Convênios firmados anteriormente: MT e MS (2007) e RS, PR e SC (2008).

5 Localidades onde a água potável é escassa. Perspectiva de atendimento de 100 localidades em 2009.

6 Maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo: 1,2 milhão de km².

MULHERES

Comemoração com reflexão marcam o Dia Internacional da Mulher

Mulheres no poder e pela paz. Esse foi o tema das comemorações do Dia Internacional da Mulher¹, neste ano, com a realização de diversas atividades: a exibição, em 22 cidades, do filme *Pray Devil Back to Hell* (Reze para o Diabo voltar para o Inferno²), a criação do prêmio Mais Mulheres, para aquelas que se destacaram nos diversos espaços de poder e decisão da vida nacional, e o lançamento do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que objetiva dar visibilidade, fortalecer e ampliar as ações do Estado brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres.

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

- Lançamento da campanha Mulheres, donas da própria vida – viver sem violência, direito das mulheres do campo e da floresta –, no Fórum Social Mundial, em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A campanha atende a uma reivindicação da Marcha das Margaridas e é assinada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

Campanha do Carnaval 2009

- Lançado, em fev/09, o Bloco da Mulher Madura com o slogan Sexo não tem idade para acabar. Proteção também não. Ação é voltada para a prevenção da Aids em mulheres acima dos 50 anos. Pela primeira vez, o Governo Federal fala sobre a importância do uso da camisinha para as que já passaram dos 50. A iniciativa é uma parceria da SPM com o Ministério da Saúde.

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

- Serviço de utilidade pública para orientar mulheres em situação de violência.
- De jan-dez/08, registrou 269.977 atendimentos, aumento de 32% em relação a 2007 (204.978). Parte significativa deve-se à busca por informações sobre a Lei Maria da Penha³.
- Metas para 2009: 500 mil atendimentos/ano com sistema de consulta integrado à Ouvidoria e à Rede de Atendimento à Mulher. Para as mulheres que necessitarem de abrigo, a Central de Abrigamento estará preparada para buscar moradias por meio de uma base nacional única.

Mutirão Nacional de Revisão Processual nos estabelecimentos penais femininos

- O mutirão é uma das medidas emergenciais definidas para melhorias do sistema prisional feminino. Visa a mobilizar advogados e operadores do Direito para cuidar de 25 mil processos envolvendo mulheres encarceradas.
- Projeto iniciado em 2008 em seis estados: SP, TO, AC, SE, MS e MT.

Combate à violência contra a mulher

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado em ago/07, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, tem o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. O pacto desenvolve um conjunto de ações nas áreas de educação, trabalho, saúde, segurança pública e assistência social, entre outras, a ser executadas até 2011. Em 2008, foi implementado em 13 estados⁴. A Lei Maria da Penha integra esse acordo e estabelece que todo registro de agressão deve gerar inquérito policial remetido ao Ministério Público. Investimento total: R\$ 1 bilhão. **Mais informações:** www.planalto.gov.br/spmulheres.

¹ Comemorado em 8mar/09.

² Documentário de Gini Reticker (EUA, 2008) que trata do uso do poder por mulheres em prol da paz – filmado no país africano da Libéria.

³ Lei 11.340/06.

⁴ AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, MA, DF, MG e MS.

PESCA E AQUICULTURA

Primeiro empreendimento privado de uso de águas da União já iniciou a produção

Em 13fev/09, foram lançados os primeiros tanques que estão produzindo beijupirá¹ em alto mar. Este é o primeiro empreendimento privado do Projeto Águas Produtivas, Mais Peixes para Mais Brasileiros. A empresa vencedora da licitação contribui com geração de empregos diretos e ampliação de produção de pescados. Até 1% dos 5,5 milhões de hectares das águas da União represadas em lagos e reservatórios pode ser utilizado para a aquicultura.

Polo de Tilápia no assentamento Canudos, em Ceará-Mirim (RN)

- Destinados R\$ 177 mil para construção do curtume para beneficiamento do couro da tilápia e firmada parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para criação de Curso Técnico de Aquicultura e Pesca.

Financiamento para embarcações

- Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota) passa a contar com recursos do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), o que vai facilitar a concessão de empréstimos para construção e reforma de embarcações.
- Profrota conta atualmente com 520 projetos, que demandam R\$ 1,2 bilhão em financiamentos diretos, além de mais R\$ 300 milhões para subvencionar parte das taxas de juros.

Crédito para Santa Catarina

- As micros e pequenas empresas de pesca e aquicultura dos municípios de Santa Catarina, que decretaram estado de calamidade pública devido às enchentes do final de 2008, podem acessar, desde 28jan/09, os créditos subvencionados pelo Governo, pela linha Revitaliza do BNDES. Os financiamentos terão juros entre 6,75% e 8,25% a.a. e prazo entre 60 e 96 meses para quitação dos débitos.

Acordo internacional

- O Brasil aderiu, na 28ª Sessão do Comitê de Pesca da FAO, em 3mar/09, ao acordo para o cumprimento das medidas internacionais de conservação e gestão dos recursos pesqueiros em alto mar pelos navios de pesca.

Ampliar consumo do pescado para 9kg/ano até 2011

O Plano Mais Pesca e Aquicultura fomenta a produção de pescado no País e estabelece metas a serem cumpridas até 2011. Além de representar uma resposta à crescente demanda mundial por alimentos, o plano é responsável pela geração de empregos e aumento de renda dos trabalhadores do setor. Criação em cativeiro, pesca oceânica, estímulo ao consumo, melhoria das condições sociais e de trabalho dos pescadores artesanais, entre outras, são algumas das ações executadas pelo plano. **Mais informações:** tuna.seap.gov.br/seap/html/Plano%20de%20Desenvolvimento/plano_desenvolvimento.html.

¹ Conhecido internacionalmente como cobia, o beijupirá é um peixe nativo da costa brasileira com uma produtividade quatro vezes maior que a do salmão. Sua carne é muito apreciada para a culinária.

PAC – CRESCIMENTO ACELERADO

Mais recursos para o PAC

Com a inclusão de novos empreendimentos, o orçamento do PAC cresceu de R\$ 503,9 bilhões para R\$ 646 bilhões, no período 2007-2010. No eixo de Logística, os investimentos aumentaram em R\$ 38 bilhões, no de Energia, R\$ 20 bilhões, e no Social e Urbano, R\$ 84 bilhões. Das 2.378 ações monitoradas, 11% estão concluídas e 80% estão em ritmo adequado.

Balanço de 2 anos, divulgado em fev/09

- Antes do PAC, os investimentos do Governo Federal representavam 0,64% do PIB. Em 2007, esse índice subiu para 0,73% e, em 2008, alcançou a marca de 1% do PIB.
- No acumulado de 2007/08, foram empenhados R\$ 33 bilhões, dos quais R\$ 18,7 bilhões foram pagos.
- Dos 124 empreendimentos monitorados pelo TCU, 69 foram liberados, 24 aguardam liberação e 31 estão em fase de esclarecimentos.
- O Ibama já concedeu 190 licenças ambientais, 77 para o eixo de Logística e 113 para o eixo de Energética.

Infraestrutura Logística

- Principais ações: 3ª etapa de concessão das rodovias, dragagem e ampliação de portos, construção do trecho Sul da Ferrovia Norte-Sul, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (BA) e do Trem de Alta Velocidade (RJ-SP-Campinas).
- Principais resultados do período: 1,5 mil km de duplicação e 2,9 mil km de construção e pavimentação de rodovias em execução; 1,8 mil km de malha ferroviária em implantação; publicação dos editais das obras de dragagem dos portos de Recife, Rio Grande, Santos e Fortaleza.

Infraestrutura Energética

- Principais ações: exploração e produção de petróleo e gás na camada do pré-sal e a implantação das refinarias premium¹ do MA, do RN e do CE.
- Principais resultados: 33 usinas termelétricas com obras em andamento, com potência total equivalente a 3,9 mil MW; início da construção da usina hidrelétrica Santo Antonio (3.150 MW); 26 obras de transmissão (6,8 mil km) iniciadas; nove plataformas de exploração de petróleo em operação; 80 embarcações construídas e dois estaleiros em construção (Atlântico Sul e Rio Grande).

Infraestrutura Social e Urbana:

- Principais ações: Luz pra Todos, metrô, integração e revitalização do Rio São Francisco e obras de habitação e urbanização de favelas e saneamento.
- Principais resultados: 1,87 milhão de ligações de energia elétrica realizadas pelo Luz Para Todos; obras nos metrô de Belo Horizonte, Recife e Salvador entregues; R\$ 13,1 bilhões em obras de habitação e R\$ 24,3 bilhões em saneamento contratadas.

Infraestrutura para desenvolvimento e integração do País

O PAC é um novo modelo de planejamento, gestão e realização do investimento público. Articula projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia. Modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população são alguns dos objetivos do PAC. É, também, um instrumento estratégico de inclusão social e de redução das desigualdades regionais. Suas ações e obras geram empregos que garantem renda e consumo para milhares de trabalhadores e suas famílias. **Mais informações: www.brasil.gov.br/pac.**

¹ Processa petróleo pesado, tendo como foco produtos de alta qualidade e baixíssimo teor de enxofre, com especificações internacionais.

PAC – AÇÕES CONCLUÍDAS

Terminal de Gás Natural Liquefeito – GNL – da Baía de Guanabara - RJ

- O terminal de regaseificação de GNL da Baía de Guanabara tem capacidade de ofertar ao mercado até 14 milhões de m³/dia, suficiente para gerar cerca de três mil MW, equivalente a quase todo consumo de energia elétrica da cidade do Rio de Janeiro.
- Finalizado em jan/09, está em fase de pré-operação. Previsão de entrada em operação: jun/09.
- Investimento total de R\$ 2,1 bilhões: R\$ 870 milhões para construção (100% dos recursos provenientes da Petrobrás) e R\$ 1,23 bilhão relativo ao afretamento do navio regaseificador e armazenador.
- A operação permitirá atender o mercado termelétrico com baixo custo fixo e contribuirá para aumentar a segurança do abastecimento energético brasileiro.

Usina Hidrelétrica de São Salvador

- Localizada no Rio Aripuanã (divisa dos estados TO e GO), entre os municípios de São Salvador do Tocantins (TO) e Paranã (GO), é a terceira hidrelétrica do PAC a entrar em operação. Possui capacidade instalada de 243 MW e vai gerar 148,5 MW médios¹, energia suficiente para abastecer uma cidade do tamanho de Campinas (SP), com cerca de um milhão de habitantes.
- Gera energia limpa e renovável e contribui para a segurança do abastecimento energético do País.
- Foram Investidos R\$ 847,6 milhões e gerados três mil empregos diretos e nove mil indiretos. Empreendimento da Tractebel Energia, empresa do Grupo GDF Suez.
- Recebeu três certificações nas áreas de Qualidade (ISO 9001:2000), Meio Ambiente (ISO 14001:2004) e Saúde e Segurança (OHSAS 18001:1999).

270 Ações concluídas – R\$ 48,3 bilhões

Nos dois anos do PAC foram concluídas 270 ações, representando investimentos de R\$ 48,3 bilhões. Foram 124 ações dos eixos de Logística e Social e Urbano e 146 ações de Energia:

Eixos: Logística e Social e Urbano – 124 ações – R\$ 9,5 bilhões

- Rodovias – 4.331 km – R\$ 7,2 bilhões
- Ferrovias – 240 km – R\$ 780 milhões
- Marinha Mercante – 80 embarcações – R\$ 1,3 bilhão
- Porto – R\$ 12,7 milhões
- Hidrovias – 3 terminais – R\$ 8,3 milhões
- Aeroportos – R\$ 205 milhões
- Recursos Hídricos – R\$ 12,5 milhões
- Luz para Todos – 1,87 milhão de ligações

Eixo: Energia – 146 ações – R\$ 38,8 bilhões

- Geração de Energia – 2.638 MW – R\$ 4,7 bilhões
- Transmissão de Energia – 4.131 km – R\$ 2,7 bilhões
- Campos de Petróleo e Gás Natural – E&P – R\$ 17,2 bilhões
- Petroquímica – R\$ 427 milhões
- Gasodutos – 1.416 km – R\$ 2,6 bilhões
- Gás Natural Liquefeito (Terminais) – R\$ 3,1 bilhões
- HBIO – 256 mil m³/ano – R\$ 55 milhões
- Refinarias – R\$ 1,1 bilhão
- Combustíveis Renováveis – R\$ 6,9 bilhões

Veja o balanço completo: www.brasil.gov.br/pac/balancos/balanco2anos/.

¹ A geração de energia de uma usina varia em função dos níveis dos reservatórios ao longo do ano. MW médios são, portanto, a média dos períodos de maior e menor geração de energia.

PESQUISA AGROPECUÁRIA

Avanços na pesquisa e inovação no campo

Seis das 88 metas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Embrapa foram finalizadas em 2008, com aplicação de R\$ 61 milhões: implantação das Boas Práticas Agrícolas em sistemas de produção do milho e do sorgo; validação de método para detecção precoce da Morte Súbita dos Citros e do Greening¹; validação de equipamento para avaliação da qualidade de produtos agroindustriais por ressonância magnética; validação de Plataforma Web para rastreabilidade bovina; zoneamento agroecológico do dendê em áreas desmatadas da Amazônia e zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar no Acre.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I

- Finalizadas seis e iniciadas 43 das 88 metas de PD&I, com 176 ações de pesquisa.
- Incubadas duas empresas: uma para micropropagação² de flores e frutas e outra para macropropagação³ de espécies nativas da Mata Atlântica para projetos de crédito de carbono.
- Licenciadas 13 cultivares e três patentes.

Modernização e ampliação da infraestrutura física

- R\$ 17,6 milhões aplicados na adequação da infraestrutura de 41 unidades de pesquisa em 137 mil m².
- R\$ 4 milhões investidos na aquisição de equipamentos de campo e de laboratório para nova unidade de pesquisa em Mato Grosso.

Ampliação da capacidade intelectual e gerencial

- 558 empregados treinados em nível gerencial e estratégico e 826 com treinamentos de curta duração.
- Contratados 200 profissionais – 77 pesquisadores e 123 analistas e assistentes.

Execução Orçamentária em 2008

- O programa teve orçamento de R\$ 119 milhões em 2008, dos quais R\$ 88,7 milhões foram destinados às ações da Embrapa, com execução de 99,98%. Somados os recursos investidos nas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), foram executados 95,5% do Orçamento – R\$ 113,6 milhões.

Ampliação da atuação internacional

- Incorporados dois novos pesquisadores ao laboratório virtual da Embrapa nos Estados Unidos, dois ao laboratório virtual na Europa e um na representação do continente africano.
- Instalada a Embrapa Venezuela. Suas atividades, iniciadas em mar/08, têm foco na transferência de tecnologia, formação de recursos humanos e na atuação com organizações voltadas para o desenvolvimento sustentável na agricultura.

Reestruturar a pesquisa agropecuária

O Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa tem o objetivo de reestruturar a pesquisa agropecuária brasileira, incluindo as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas). O programa conta com dez projetos, sendo seis diretamente ligados à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Dois outros projetos buscam a inovação institucional da empresa e a revitalização de sua infraestrutura física e capacidade intelectual. Um nono projeto atende às Oepas, e o décimo objetiva o monitoramento por satélite das obras do PAC do Governo Federal.

Mais informações: www.embrapa.br.

1 Greening ou citros huanglongbing (HLB): doença bacteriana da citricultura, capaz de provocar perdas irreparáveis nos pomares.

2 A micropropagação (ou propagação vegetativa in vitro) viabiliza a clonagem de várias espécies por meio da formação de indivíduos geneticamente idênticos a partir de células, órgãos ou pequenos fragmentos de uma planta matriz.

3 Técnica de reprodução de espécies vegetais, por sementes, enxertia ou estquia (originadas de ramos ou estacas das plantas).

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Campanha Iguais na Diferença

Com o objetivo de promover a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, foi lançada, em 12fev/09, a Campanha Nacional pela Inclusão das Pessoas com Deficiência. A ação busca sensibilizar a sociedade para o combate à discriminação, estimulando a convivência de pessoas com e sem deficiência, especialmente nas escolas e nas atividades de recreação e lazer.

A campanha

- Visa a enfrentar o ciclo de invisibilidade e de exclusão social de 14,5% da população, percentual de pessoas com deficiência no País, de acordo com o Censo IBGE 2000.
- É protagonizada por pessoas com deficiência que tiveram oportunidade na vida real de participar da sociedade em condição de igualdade com as demais.
- Pela primeira vez, uma peça de propaganda reúne simultaneamente os três recursos de acessibilidade: audiodescrição, legenda e Língua Brasileira de Sinais (Libras). Tem, ainda, spot de rádio e anúncio para publicações impressas.
- Os filmes estão disponíveis no endereço: **www.youtube.com/user/SEDHPR**.

Ensino

- Em 2008, 695.696 alunos com deficiência estavam matriculados na educação básica (1,3% da matrícula total¹).
- Cerca de um terço dos estabelecimentos brasileiros (68.530) atendia alunos com deficiência.
- A maioria dos alunos (375.772, ou 54%) estudava em classes comuns do ensino regular (atendimento caracterizado como inclusão escolar) e da Educação de Jovens e Adultos. A proporção é de 46,8% em 2007.

Acessibilidade e inclusão – igualdade, dignidade e participação

Lançada em 26set/08, a Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência destina-se a ampliar a cobertura das ações para promover os direitos de aproximadamente 25 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência, que, além de barreiras físicas, enfrentam a discriminação. A agenda inclui medidas integradas, articuladas e complementares, considerando a acessibilidade nas áreas de educação, trabalho, saúde, assistência social, transporte, infraestrutura e intervenções urbanas.

Mais informações: **www.direitoshumanos.gov.br/**.

¹ Censo Escolar de 2009, publicado em 16jan/09.

POVOS INDÍGENAS

STF aprova demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol

O Supremo Tribunal Federal decidiu, em 19/mar, manter o direito exclusivo das comunidades das etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona ao uso das terras na Raposa Serra do Sol¹, em Roraima. O território possui 1,7 milhão de hectares e 194 comunidades com 20 mil indígenas. Com a decisão, os rizicultores terão de deixar a região. O decreto de homologação foi publicado em abr/05. Processo de demarcação teve início em 1998.

Proteção dos Povos Indígenas – Parque Indígena do Araguaia

- A Funai promove o retorno das comunidades indígenas para as regiões desocupadas no complexo da Ilha do Bananal, onde se localiza o Parque Indígena do Araguaia (TO), e mantém um programa de proteção e vigilância em parceria com os povos indígenas. Concluída operação de retirada de posseiros e do gado ilegal do parque .

Promoção dos Povos Indígenas

- Aprimoramento de atividades relacionadas à geração de renda e qualidade de vida das comunidades indígenas de forma cultural e ambientalmente sustentável. Elaborado plano de ação durante o Seminário Programa Artíndia 36 anos – Revisão e Perspectivas, realizado em mar/09, em Brasília.
- Representantes da Funai, Fepi/AM e Coiab² constituíram comitê gestor de controle social da administração regional da Funai de Parintins (AM)³. Evento integra processo de institucionalização da gestão participativa do órgão.

Educação indígena

- Conferências Regionais de Educação Escolar Indígena⁴: mobilizações realizadas nos estados do AM, em dez/08, BA, PB e MS, em mar/09. Ao longo do ano, indígenas, estudantes, professores, comunidades e organizações de 179 municípios participarão das discussões regionais.

Integração em campanhas nacionais

- Lei Maria da Penha no contexto indígena: mulheres Kaingang, Guarani e Xokleng participaram de oficina em Passo Fundo/RS, entre 17 e 19fev/09. Estão previstas outras 13 oficinas⁵ sobre o tema.
- Acordo para erradicação do sub-registro de nascimento para a população indígena na Amazônia Legal: pactos firmados entre Funai, SEDH⁶ e oito estados⁷ na primeira quinzena de mar/09, em Manaus/AM. Mais de três mil registros de nascimento foram emitidos para os povos indígenas em 2008, somente na calha do Rio Juruá (AM), um dos lugares mais distantes e isolados do País.

Defesa da terra, dos direitos e da qualidade de vida dos povos indígenas

Coordenada pela Funai, a Agenda Social dos Povos Indígenas articula e integra ações do Estado brasileiro na garantia de direitos, proteção das terras, promoção social e qualidade de vida de índios, respeitando suas especificidades culturais e territoriais. Estima-se a população indígena brasileira em cerca de 700 mil pessoas, sendo 500 mil pertencentes a aproximadamente 220 povos, falantes de mais de 180 línguas identificadas. As 654 terras indígenas abrangem 470 municípios, 12,5% do território nacional e 22% da região da Amazônia Legal. Há referências de existência de 63 povos indígenas isolados, em especial na região da Amazônia Legal. **Mais informações: www.funai.gov.br.**

1 Situada ao norte do estado, na fronteira com a Guiana e a Venezuela.

2 Fundação Nacional do Índio, Fundação Estadual dos Povos Indígenas/AM e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, respectivamente.

3 Entre 4 e 6 fev/09, na Aldeia Umirituba com Tuxauas e lideranças indígenas Sateré-Mawé e Hixkariana.

4 Etapas preparatórias da I Conferência Nacional, a ser realizada em set/09.

5 Programadas pela Funai e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), de set/08 a ago/09.

6 Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

7 AM, AC, RR, TO, PA, MT, RO e AP.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Benefícios são concedidos em até 30 minutos

Desde jan/09, foi implantado o reconhecimento automático de direitos para os segurados da área urbana. Com isso, ficou mais rápida e simplificada a concessão de aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, salário-maternidade e auxílio-reclusão. Os segurados especiais (agricultores familiares, extrativistas, pescadores, indígenas e quilombolas) serão beneficiados a partir de jul/09.

Expansão e modernização da rede de atendimento

- Plano de Expansão da Rede de Agências da Previdência Social anunciado em fev/09 prevê a construção de 720 novas unidades do INSS, em municípios com mais de 20 mil habitantes, em todas as regiões do País. As agências deverão entrar em funcionamento até o início de 2010. Em 86 anos, a Previdência Social construiu 1.110 agências do INSS, em 950 municípios.
- Inaugurado em 5mar09 novo prédio, com instalações amplas, modernas e confortáveis na Agência da Previdência Social de Praia Grande (SP). A nova agência tem capacidade para atender a 3,8 mil segurados/mês e realizar 1,4 mil perícias médicas/mês.

Regime Geral da Previdência Social – RGPS

- Registrada, em 2008, a maior queda da necessidade de financiamento (déficit¹) desde 1995. Segundo dados divulgados em jan/09, o déficit foi de R\$ 36,2 bilhões: 17,5% abaixo dos R\$ 43,9 bilhões projetados no início do ano passado.
- Em dez/08, foi registrado o primeiro superávit mensal do RGPS desde abr/97. A arrecadação chegou a R\$ 22,9 bilhões, enquanto a despesa somou R\$ 21,2 bilhões.
- Em fev/09, a necessidade de financiamento foi de R\$ 2,5 bilhões: queda de 59,3% em relação a jan/09 e alta de 20% em relação a fev/08. No acumulado do ano, a necessidade de financiamento registra R\$ 8,9 bilhões: 17,9% superior ao resultado no mesmo período de 2008.

Acordos internacionais

- Fechado em fev/09 acordo com o governo alemão que garante acesso à previdência a migrantes dos dois países. O documento formal será assinado no 2ºsem/09.
- Assinado em mar/09 ajuste administrativo do acordo multilateral de previdência social com 21 países ibero-americanos. Beneficiará cerca de um milhão de brasileiros.

Saiba como agendar o atendimento na Previdência Social

Para requerer um benefício, o segurado deve agendar o atendimento pelo telefone 135, da Central de Atendimento da Previdência Social. As ligações para a Central 135, originadas de telefones públicos ou fixos, são gratuitas, e o serviço funciona de segunda a sábado, das 8 às 23 horas (horário de Brasília). Imediatamente, o trabalhador fica sabendo o dia, a hora e a agência onde será feito o atendimento. **Mais informações: www.previdencia.gov.br.**

1 Recursos necessários para cobrir a diferença entre o valor arrecadado e o valor gasto.

QUILOMBOLAS

Luz, saneamento e atividade produtiva para a comunidade quilombola¹ de Marambaia

Os quilombolas da Ilha da Marambaia (RJ) começaram a ser cadastrados em mar/09 para ter acesso à energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos. As 165 famílias quilombolas da Ilha serão também beneficiadas com obras de saneamento e projeto de apoio à atividade produtiva voltado à maricultura², no âmbito do Programa Brasil Quilombola.

Regularização fundiária

- Desde 2005, 81 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTDIs) foram publicados, com área total de 516 mil hectares e 10.625 famílias quilombolas beneficiadas. No mesmo período, outras 3.755 famílias foram beneficiadas por meio de 40 portarias de reconhecimento, totalizando 216 mil hectares reconhecidos em 13 estados³.

Certificação

- Entre 2004 e 2008, 1.305 comunidades foram certificadas como descendentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares. Outras 3.389 comunidades que já promoveram sua autodeclaração de quilombolas ainda aguardam parecer.

Luz para Todos

- O programa de eletrificação chegou à marca de 19.821 domicílios atendidos em áreas quilombolas, com investimento de R\$ 99 milhões entre 2004 e 2008.

Bolsa Família

- 19 mil famílias quilombolas atendidas até o final de 2008.

Desenvolvimento local

- Projetos de desenvolvimento econômico sustentável em comunidades quilombolas destinaram R\$ 13 milhões a 17 estados brasileiros⁴ em 2008. Dentre os planos implementados estão: produção de farinha, em Itapecuru-Mirim (MA); artesanato, em Conceição das Crioulas (PE); apicultura, na comunidade Mel da Pedreira (AP) e atividade agrícola variada, com agroindústria para produção de geleia, doces, compotas e outros, em Kalunga (GO).

Desenvolvimento agrário

- Destinados, em 2008, pelo Programa Territórios da Cidadania, R\$ 82 milhões para ações específicas de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais em comunidades quilombolas. Outros 12 projetos de desenvolvimento agrário foram apoiados com R\$ 1,9 milhão, beneficiando 59 comunidades em nove estados⁵.

Melhor condição de vida para os quilombolas

Coordenada pela Seppir⁶, a Agenda Social Quilombola articula ações para ampliar direitos e melhorar condições de vida de pessoas que vivem em comunidades quilombolas. O Decreto nº 4.887/03 regulamentou os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas. Com o programa Brasil Quilombola, instituído em mar/04, o direito à terra e ao desenvolvimento econômico e social, assim como à participação de representantes quilombolas na formulação de políticas públicas passaram a ser assumidos como prioridade governamental. Levantamento da Fundação Cultural Palmares mapeou 3.524 dessas comunidades, mas estima-se que o número chegue a cinco mil. **Mais informações:** www.presidencia.gov.br/seppir.

1 Grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

2 Cultivo de organismos marinhos em seus habitats naturais, geralmente com objetivos comerciais.

3 AP, BA, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, RJ, SE e SP.

4 SE, PE, GO, ES, SP, MA, BA, TO, RN, CE, MG, RJ, MS, PA, RS, PR, SC.

5 GO, BA, MG, RJ, MS, PA, RS, PR e SC.

6 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

REFORMA AGRÁRIA

Assentamentos produzem e exportam alimentos

No Sul, sete assentamentos gaúchos exportaram 60 mil sacas de 50 kg de arroz orgânico em 2008. Em 2009, a produção para exportação deve chegar a 100 mil sacas.

No Rio Grande do Norte, o polo de produção de tilápias beneficia 1.750 famílias de 18 assentamentos e comunidades rurais da região de Mato Grande.

Melhoria da qualidade de vida nos assentamentos – resultados de 2008

- 70.157 famílias assentadas, 321 assentamentos criados e 4,1 milhões de hectares (41 mil km²) destinados para a reforma agrária, em 2008.
 - De 2003 a 2008, 519.111 famílias assentadas, 3.089 assentamentos criados e 43 milhões de hectares (430 mil km²) destinados.
- Apoio à produção por meio de crédito e assistência técnica:
 - 64.683 famílias foram beneficiadas com a construção e a recuperação de estradas para escoar a produção, abastecimento de água e outras obras de infraestrutura.
 - 179 mil famílias receberam o crédito de instalação, que inclui construção e reforma de casas, além do apoio inicial e o estímulo à produção.
 - 415 mil famílias receberam assistência técnica, social e ambiental.
 - 23,4 mil alunos foram atendidos pelo Pronera, que abrange do ensino fundamental até a universidade e a educação de jovens e adultos.
- Proteção do Meio Ambiente: obtidas 450 Licenças Prévias e 216 Licenças de Instalação e Operação para os assentamentos da reforma agrária.
- Execução orçamentária: R\$ 3,6 bilhões (dotação orçamentária: R\$ 4,8 bilhões).

Prioridades para 2009

- Melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, incluindo aumento da produção agropecuária e extrativista e aumento da renda; assentamento de novas famílias e apoio ao licenciamento ambiental, com prioridade para projetos agroextrativistas que evitam a derrubada de florestas.

Democratização do acesso à terra e ampliação da produção de alimentos

A reforma agrária democratiza o acesso à terra ao criar assentamentos rurais, regularizar a ocupação de terras públicas e fornecer crédito e assistência técnica. Também contribui no aumento da produção de alimentos, no combate ao desmatamento e na recuperação de áreas degradadas, principalmente na Amazônia, na redução dos conflitos no campo e na promoção da igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia. Além disso, contribui para a diminuição da inflação. Os programas envolvem mais de um milhão de famílias nos assentamentos existentes. **Mais informações: www.incra.gov.br.**

SANEAMENTO – FUNASA

Indicadores de saúde indígena melhoram, e aumenta a cobertura vacinal

Coeficiente de mortalidade infantil nas aldeias indígenas caiu 37,2% – de 74,6 mortes por mil nascidos vivos, em 2000¹, para 46,8 óbitos por mil em 2007. Em 2008 a cobertura vacinal foi de 65% da população indígena. Casos registrados de infestação por malária caíram mais de 30% em 2008 em relação a 2007.

Ações de saneamento em aldeias indígenas

- Implantados em 31 comunidades nos municípios de Arame, Amarante do Maranhão, Barra do Corda, Grajaú, Itaipava do Grajaú e Jenipapo dos Vieiras (MA), 25 novos sistemas de abastecimento de água e concluídas obras em mais seis comunidades, em benefício de 3,5 mil índios.
- Implantado sistema de abastecimento de água e módulos sanitários domiciliares para 11 famílias da etnia Pankararé, no sertão baiano, em benefício de 59 moradores da aldeia.

Brasil e Canadá: cooperação técnica em saúde indígena

- Encontro, em 4mar/09, estabeleceu cooperação técnica permanente e troca de conhecimento e experiências entre os dois países na área da saúde indígena.

Ações de saneamento em comunidades quilombolas

- Campinho da Independência em Paraty (RJ): 500 moradores da comunidade foram beneficiados com melhorias sanitárias domiciliares².
- Monge Belo, Sítio Velho, Santa Helena II e Oiteiro, no município de Itapecuru-Mirim (MA): 360 famílias foram beneficiadas.
- Castainho, região do agreste pernambucano: 210 famílias foram beneficiadas.
- Kalunga (GO), abrangendo seis localidades – Bom Jardim, Faina, Carolina, Tinguizal, Sucuri e Curral da Taboca: 113 famílias foram beneficiadas com melhorias sanitárias domiciliares.

Ações de saneamento em assentamentos da reforma agrária

- Cinco assentamentos do Territórios da Cidadania no ES: 1.100 pessoas beneficiadas.
- Assentamento Califórnia (CE): melhorias sanitárias domiciliares, incluindo a construção de 154 banheiros, em benefício de 106 famílias (todas as residências com banheiro).
- Assentamento rural de Lagoa das Areias (SE): 82 famílias receberam instalações domiciliares de abastecimento de água de boa qualidade.

Saneamento para pequenas comunidades

O PAC Funasa prioriza a implantação de redes de distribuição de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo e limpeza urbana em municípios de até 50 mil habitantes. Objetivo é melhorar as condições de vida das pessoas por meio de ações na área de saúde preventiva em pequenas comunidades, populações rurais dispersas, áreas indígenas e outros povos da floresta, quilombolas, assentamentos de reforma agrária e regiões de interesse epidemiológico (com grande incidência de malária e doença de Chagas). **Mais informações: www.funasa.gov.br/.**

¹ Ano de implantação das planilhas de Informações do Departamento de Saúde Indígena da Funasa.

² Ações de saneamento incluem: construção de banheiros, instalação de fossas e coletores de lixo e dejetos.

SAÚDE

Sucesso da campanha de vacinação contra a rubéola

Em 2008, o Brasil imunizou mais de 67,2 milhões de pessoas na Campanha Nacional de Vacinação contra a Rubéola, atingindo 95,79% da população alvo. O relatório da campanha será utilizado pela Organização Mundial de Saúde para análise do reconhecimento da eliminação da doença no País.

Promoção da saúde – malária

- O controle da malária na Amazônia Legal, região responsável pela transmissão de 99,9% dessa doença, registrou, em jan/09, 18.995 casos. Redução de 32% em relação a jan/08 (28.292 casos).

Qualificação da gestão

- Portabilidade: regulamentação da portabilidade de carências dos planos privados de assistência à saúde individual e familiar, beneficiando cerca de seis milhões de usuários, assegura aos consumidores mais liberdade de escolha e garante maior competitividade entre as operadoras.
- Ressarcimento ao SUS: instituído procedimento eletrônico de ressarcimento ao SUS pelos planos de saúde privados.

Atenção à saúde

- Farmácia Popular do Brasil: 505 unidades implantadas em 391 municípios, superando em 2009 a meta prevista de 500 farmácias até 2011.
- Aqui Tem Farmácia Popular: 6.801 farmácias da rede privada foram credenciadas no SUS, funcionando em 1.297 municípios.
- Saúde da Família: 29.057 equipes, beneficiando 92,9 milhões de habitantes em 5.220 municípios.
- Agentes Comunitários de Saúde: 227.665 agentes cuidam de mais de 113 milhões de habitantes em 5.341 municípios.
- Saúde Bucal: 17.641 equipes, beneficiando 74 milhões de pessoas em 4.582 municípios; e 674 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) implantados em 572 municípios.
- Saúde na Escola: oito milhões de estudantes receberam kits de saúde bucal (compostos por escova e creme dental), das escolas públicas de 1.242 municípios em 2008 e 2009.
- SAMU 192: 1.069 Unidades de Suporte Básico (USB) e 296 Unidades de Suporte Avançado (USA) em 1.184 municípios, cobrindo mais de 100,6 milhões de pessoas.
- Transplantes: realizados 19.125 em 2008; crescimento de cerca de 10% em relação a 2007. Foram habilitadas 50 novas unidades de transplante, elevando para 942 centros transplantadores no País.

Complexo industrial e produtivo da saúde

- Antirretroviral Efavirenz: Produção de 2,1 milhões de comprimidos de 600mg, pela Farmanguinhos, distribuídos pelo Programa Nacional de DST/AIDS.
- Produção de cola de fibrina: componente biológico utilizado em cirurgias, com a função de reduzir os sangramentos e possibilitar a redução do tempo de internação.

Saúde – Direito de Todos

A melhoria das condições de saúde dos brasileiros é o objetivo estratégico do Programa Mais Saúde. Suas diretrizes, medidas estratégicas e ações buscam a melhoria da qualidade de vida da população e um novo padrão de desenvolvimento comprometido com o crescimento, o bem-estar e a equidade. Sua agenda contempla 73 medidas e 171 ações, distribuídas em sete eixos de intervenção: Promoção, Atenção, Complexo Industrial, Força de Trabalho, Qualificação da Gestão, Participação e Controle Social e Cooperação Internacional. **Mais informações: bvsms.saude.gov.br/bvs/pacsauade.**

SEGURANÇA PÚBLICA – PRONASCI

Mais um Território de Paz

Implantado na comunidade de São Pedro (Vitória/ES), em 6mar/09, programa envolve instalação simultânea de 20 a 30 projetos, com ações de cidadania para combater a criminalidade e maior integração entre policiais e comunidade nas localidades com mais problemas de violência. Já implantado entre os moradores de Santo Amaro (Recife/PE), Complexo do Alemão (RJ), Zona de Atendimento Prioritário 5 (Rio Branco/AC) e Itapoã (DF).

Acesso de jovens e famílias às políticas sociais

- Mulheres da Paz: capacitação de lideranças femininas (com bolsa mensal de R\$ 190) para encaminhar jovens em risco aos programas sociais do Pronasci. Beneficiadas em 2009: 2.343 mulheres. Investimento: R\$ 765 milhões.
- Proteção¹: Jovens expostos a violência doméstica, urbana ou que vivam na rua, participam de ações educacionais, esportivas e culturais e tornam-se multiplicadores da cultura de paz na comunidade em que vivem (bolsa mensal de R\$ 100). Beneficiados: 1.700 jovens (fev/09). Investimento: R\$ 4,4 milhões.

Profissionais de segurança pública

- Bolsa Formação de R\$ 400/mês. Beneficiados: 108.999 em mar/09. Investimento: R\$ 83,9 milhões.
- Força Nacional de Segurança Pública articulada com as polícias estaduais para atender às necessidades emergenciais dos estados. Capacitados de nov/04 a fev/09: oito mil policiais. Operações em andamento: seis (RO, RR, PA, MT, MA, AL). Criação do Batalhão Especial de Pronto Emprego (BEPE), com 160 homens aquartelados em Luziânia/GO, para atuar em situações de grave crise.

Pronasci das Estradas – Polícia Rodoviária Federal

- Criação da Unidade de Apoio ao Cidadão – Unaci, em set/08: foco no atendimento ao cidadão, modernização do patrulhamento de rodovias, proatividade e pronto atendimento das ocorrências de acidente. Projeto piloto em Curitiba/PR. Resultados: de set a dez/08², em função da maior fiscalização, houve aumento no registro de ocorrências: armas (400%), munições (500%), drogas (100%), roubo de cargas (125%), contrabando (200%), roubo e furto de veículo (129%), mandados de prisão (800%). Registrada, também, queda no número de mortos (14%) e de crianças vítimas de crime (100%). Previsão de extensão a MG, SC e PE em 2009. Investimento: R\$ 8,1 milhões.

Pronasci Fronteiras – Polícia Federal

- Prevenção e repressão aos crimes típicos das regiões de fronteira e divisas. 16,8 mil km de faixa de fronteira a ser coberta; 11 estados atendidos; 571 municípios; R\$ 101,6 milhões previstos para 2009 em aparelhamento; 18 bases de unidades fixas em 2009; 828 policiais operando; 36 bases de unidades móveis ostensivas, investigativas e periciais (terrestres e fluviais).

Ações sociais para combater a violência

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) enfrenta a criminalidade e a violência nas regiões metropolitanas brasileiras com os mais altos índices de homicídio, articulando políticas públicas de segurança com ações sociais. Eixos principais: reestruturação do sistema prisional, valorização do profissional de segurança pública, combate à corrupção policial e ao crime organizado e envolvimento da comunidade nas ações. Estados contemplados: AC, AL, PA, CE, PE, BA, SP, RJ, DF, GO, RS, MG, PA, ES, PI, TO, RN, RO, MA, MS e SE. Investimento total: R\$ 6,7 bilhões até 2012. **Mais informações:** www.mj.gov.br/pronasci.

1 Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável.

2 Na comparação com mesmo período do ano anterior.

TURISMO

Brasileiros viajaram mais pelo Brasil no verão 2008/2009

Estimulados pela campanha Está na Hora de Conhecer o Brasil, iniciada em nov/08, e com as viagens ao exterior mais caras devido à alta do dólar, os brasileiros viajaram mais pelo Brasil. A promoção dos destinos nacionais gerou uma alta média de 15% na venda de pacotes turísticos, de 10% na ocupação dos aviões, 23% na ocupação da rede hoteleira, 40% na locação de automóveis e de 25% no setor de cruzeiros marítimos.

Campanha Está na Hora de Conhecer o Brasil

- Lançada com o objetivo de estimular o turismo doméstico, impulsionando o forte potencial do mercado interno, e contribuir para a formação de uma cultura de viagem no País.
- Ganhou reforço com a crise internacional, que afetou a Europa e os Estados Unidos, até então maiores emissores de turistas do mundo.
- A campanha divulga diversos destinos brasileiros, de sol e praia, rurais, urbanos, históricos, de ecoturismo.
- Iniciada com a divulgação na mídia (TV, rádio, jornais e revistas), em 14nov08. Etapas:
 - Conexão Nordeste: iniciada em dez/08, com espaços interativos, cartazes e exposição de fotos e vídeos de destinos turísticos do estado e da região, nos aeroportos do Nordeste.
 - Belém e Brasília (jan-fev/09): divulgação no Fórum Social Mundial e no Encontro Nacional de Prefeitos, respectivamente.
 - Após o verão (final de mar/09): campanha de promoção de viagens durante os feriados prolongados previstos em 2009, com divulgação regionalizada.
- Além do estímulo aos brasileiros, estão previstos investimentos na promoção do Brasil nos países vizinhos, com prioridade para Argentina e Chile¹.

Qualificação profissional

- Assinado (fev/09) contrato com a Fundação Roberto Marinho para a qualificação de 80 mil trabalhadores do turismo nos idiomas inglês e espanhol, visando à Copa de 2014.
- Cursos presenciais e a distância começam no 2ºsem/09, em Salvador e no Rio de Janeiro.

Prodetur Nacional: Programa de Desenvolvimento do Turismo

- Liberados R\$ 100 milhões para estados e municípios que tiveram seus projetos de desenvolvimento local do turismo aprovados para o financiamento do BID.
- No total, serão investidos US\$ 1,4 bilhão, sendo US\$ 1 bilhão do BID e US\$ 400 milhões de contrapartida.

Estimular viagens, gerar empregos e aumentar competitividade do Brasil

O Plano Nacional de Turismo foi lançado em jun/07 tendo como metas estimular as viagens no País, criar 1,7 milhão de novos empregos e estruturar 65 destinos indutores do desenvolvimento regional, com padrão de qualidade internacional. Serão investidos R\$ 5,63 bilhões em infra-estrutura e R\$ 1 bilhão na promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior. **Mais informações: www.turismo.gov.br/.**

¹ A Argentina é o maior emissor de turistas estrangeiros para o Brasil, e o Chile, o quinto.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Programa é ampliado em 2009 para 120 Territórios

Em 2008, o programa foi implantado em 60 territórios; em 2009, serão mais 60. Com oferta total de 180 ações, que envolvem 22 ministérios e recursos da ordem de R\$ 23,5 bilhões, o programa beneficiará três milhões de pessoas, entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais. Ampliadas as ações voltadas para a inclusão digital e para a oferta de crédito. Realizados quatro encontros regionais de capacitação para elaboração da matriz estadual de ações para os territórios dos respectivos estados.

Balanco do Programa nos 60 Territórios da Cidadania implementados em 2008

- Pagos R\$ 9,3 bilhões dos R\$ 12,9 bilhões previstos.
- Firmados contratos que beneficiam 122.816 famílias de assentados da reforma agrária com assistência técnica e capacitação.
- Beneficiadas 65.099 famílias de assentados da reforma agrária com a construção de estradas, sistemas de abastecimento de água e melhorias habitacionais.
- Disponibilizados 137.540 hectares de terras para a reforma agrária.
- Firmados 221.683 contratos do Pronaf, no valor total de R\$ 998,2 milhões.
- Efetuadas 93.213 ligações de energia elétrica do Programa Luz para Todos, beneficiando 431 mil pessoas.
- Implantadas 3.762 equipes de saúde bucal.
- Implantadas/cadastradas 537 farmácias populares e drogarias.
- Mantidos 46.200 agentes comunitários de saúde atuando nos territórios.
- Beneficiados 270 municípios com crédito para aquisição de ônibus ou embarcações.
- Referenciadas três milhões de famílias por meio do Programa de Atenção Integral à Família.
- Concedida Bolsa Família a 2,34 milhões de famílias.
- Implantados Comitês de Articulação Estadual em todos os estados.
- Assinados 21 Protocolos de Cooperação Federativa (pactuação com estados e municípios para integração de ações entre esses níveis de governo).
- Realizados 236 eventos que mobilizaram 26.340 participantes da sociedade civil, de prefeituras, dos governos estaduais e do Governo Federal.

Combate à pobreza rural por meio da integração de ações

Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no País, combina políticas de geração de oportunidades e políticas sociais para alcançar os seguintes objetivos: combate à pobreza rural, inclusão produtiva, planejamento e integração de políticas públicas, universalização de programas básicos de cidadania e ampliação da participação social. São três milhões de beneficiários, entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais, que habitam os 120 territórios selecionados pelo programa (60 iniciais, em 2008, e mais 60, a partir de 2009). **Mais informações: www.territoriosdacidadania.gov.br.**

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Veja aqui algumas ações implantadas em um território, o do Velho Chico (BA)

Em 2008, foram investidos R\$ 241,2 milhões em atividades produtivas, cidadania e acesso a direitos e infraestrutura. Em 2009, recursos previstos são de R\$ 294,8 milhões.

Território Velho Chico – Bahia

- Com 362.678 habitantes, dos quais 198.558 vivem na área rural, o Território da Cidadania Velho Chico tem 29.822 agricultores familiares, 8.759 famílias assentadas, 6.522 famílias de pescadores, 27 comunidades quilombolas e três terras indígenas.
- É formado por 16 municípios: Brotas de Macaúbas, Feira da Mata, Matina, Oliveira dos Brejinhos, Riacho de Santana, Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Morpará, Muquém de São Francisco, Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Principais ações realizadas em 2008

- Investidos R\$ 241,2 milhões no território, a saber:
 - R\$ 22,4 milhões em apoio às atividades produtivas (inclui ações como infraestrutura e serviços, Pronaf, assistência técnica e aquisição de alimentos da agricultura familiar).
 - R\$ 108,5 milhões em cidadania e acesso a direitos (inclui ações como Bolsa Família, documentação da trabalhadora rural, Programa Brasil Alfabetizado e Saúde da Família).
 - R\$ 110,4 milhões em infraestrutura (inclui ações como o Programa Luz para Todos, saneamento em assentamentos e comunidades rurais e regularização fundiária).
- Saúde: implantadas 71 equipes de Saúde da Família (previsto: 65 equipes).
- Educação e Cultura: 10 bibliotecas implantadas no âmbito do Programa Arca das Letras.

Perspectiva em 2009

- Destinar R\$ 294,8 milhões para o conjunto das ações definidas em 2008.

Territórios da Cidadania - Bahia



População local ajuda a definir prioridades e acompanha a implantação do programa

Os territórios reúnem municípios de pequeno porte de acordo com os seguintes critérios: menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do programa Bolsa Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico e maior organização social. A implementação das ações, definidas em comum acordo, é acompanhada pelas comunidades. Podem ser incluídas ações dos governos estaduais e municipais. Espera-se que a integração de políticas públicas e investimentos contribua para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar desigualdades regionais. **Mais informações:** www.territoriosdacidadania.gov.br.

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

3

ATUALIDADES

O BRASIL E A CRISE FINANCEIRA

Medidas amenizam impactos da crise

Crise financeira internacional é forte e se aprofunda no mundo. No Brasil, seus efeitos vêm sendo atenuados pelas condições econômicas favoráveis anteriores à crise e pelas medidas do Governo destinadas a sustentar a oferta de crédito e a manter investimentos e emprego. Contemplam desonerações tributárias, aumento de recursos destinados ao crédito, redução de juros e manutenção de investimentos produtivos e sociais. Efeitos das medidas são prolongados e ainda não se esgotaram.

Condições do País anteriores à crise

- Aceleração do crescimento; aumento da demanda interna via investimentos e consumo; expansão do crédito.
- Apreciação cambial.

Impactos da crise no Brasil

- Depreciação cambial.
- Redução da oferta de crédito externo e doméstico e aumento dos custos financeiros.
- Desaceleração abrupta do crescimento.
- Aumento das incertezas macroeconômicas.
- Desemprego.

Respostas do Governo à crise¹

- Amenizar a contração de crédito.
 - Mercado interbancário – diminuição dos depósitos compulsórios.
 - Mercado cambial e de exportações – apoio mediante uso de reservas internacionais.
 - Agricultura – elevação dos recursos disponíveis.
 - Construção civil – ampliação dos recursos (Caixa e depósito em poupança).
 - Automóveis e autopeças – oferta de linhas especiais de financiamento.
- Atenuar os efeitos negativos da crise sobre a atividade.
 - Desoneração tributária (IPI, IRPF e IOF).
 - Aumento dos investimentos públicos.
 - Manutenção dos investimentos sociais.
 - Ampliação do crédito (bancos públicos).
- Sustentar o nível de atividade.
 - Ações em curso (resultados ao longo do ano) – aumento do salário mínimo; desoneração do IRPF; expansão do investimento e do crédito públicos; programas sociais; redução da taxa básica de juros.
 - Novas ações – redução do risco bancário e programa habitacional (veja página 22).

Brasil mais preparado para enfrentar a crise

A crise internacional, iniciada nos EUA com o desmonte do sistema de hipotecas tipo *subprime*², prejudica a economia mundial, ao reduzir fontes de crédito, afetando a produção e o emprego. A queda no preço dos ativos, decorrente da crise, prejudica o comércio e os fluxos de capitais. Embora tenha provocado grande desvalorização do real, o alto nível das reservas brasileiras permite que a vulnerabilidade externa continue baixa. Equilíbrio fiscal, adoção de políticas anticíclicas, controle da inflação e redução das taxas de juros permitem que o Brasil siga com uma política de expansão do mercado interno e de inclusão social. Veja páginas 12 a 15. **Mais informações:** www.fazenda.gov.br e www.bcb.gov.br.

¹ As medidas são detalhadas em Ambiente de Negócios (veja página 57).

² Forma de crédito hipotecário para o setor imobiliário surgida nos EUA e destinada a tomadores de empréstimos de maior risco.

CRÉDITO

Volume de crédito do sistema financeiro é o maior desde 1995

Volume de crédito, que supera R\$ 1.229,8 bilhões (41,2% do PIB) em jan/09, apresenta forte expansão. Entre 2004 e 2008, o crescimento médio anual do crédito para pessoas físicas foi de 32% e, para as empresas, foi de 25%. As instituições financeiras estão capitalizadas e seguras, com reservas acima dos níveis internacionalmente aceitos. Condições de crédito estão se normalizando gradualmente. Crédito total em relação ao PIB ainda é baixo quando comparado a outros países – e mostra que existe espaço para crescer.

Recordes: volume de crédito, percentual do PIB e desembolsos do BNDES para investimento

- Em janeiro de 2009, o volume total de crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 1.229,8 bilhões. Maior valor desde o início da série em 1995. Aumentou 222% no período jan/03-jan/09.
- A relação entre crédito total e PIB é de 41,2% (jan/09). Maior patamar desde 1995.
- Desembolsos de todas as linhas do BNDES para investimento das empresas atingiram cifra recorde de R\$ 92,2 bilhões em 2008. Para 2009, a previsão é de novo recorde: R\$ 120 bilhões (veja página 17).

Oferta de crédito para pessoa física aumentou e taxas de juros caíram

- Operações com recursos livres contratadas por pessoas físicas cresceram de R\$ 88,5 bilhões (jan/03) para R\$ 399,4 bilhões (jan/09), +351%.
- Taxas médias de juros dessas operações caíram de 83,6% a.a. (jan/03) para 55,1% a.a. (jan/09).
- Crédito consignado: alcançou R\$ 79,5 bilhões (jan/09). Taxas médias de juros do crédito consignado são de 30,7% a.a. (jan/09).
- Crédito habitacional: recursos direcionados e livres do sistema financeiro para habitação chegaram a R\$ 64,4 bilhões (jan/09).

Crédito para a agricultura familiar e microcrédito produtivo orientado cresceram

- Pronaf: R\$ 40,2 bilhões nas safras agrícolas 2003/2004 a 2008/2009. Aumento de 100% na comparação entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2007/2008.
- PNMP¹: R\$ 4,3 bilhões no período 2005-2008. Crescimento de 202% na comparação 2005 e 2008.

Estímulo à agricultura familiar, ao cooperativismo e aos pequenos negócios

Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) é uma estratégia, criada em 2003, pelo Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável, estimulando o associativismo e o cooperativismo, fortalecendo a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos urbanos. A Linha BB Microcrédito DRS, lançada em 2009, integra esta estratégia. Ela atende empreendedores (somente pessoas físicas) de pequenos negócios urbanos. Serão disponibilizados valores entre R\$ 200 e R\$ 3 mil. Cerca de 207 mil clientes são público-alvo da linha, envolvendo recursos superiores a R\$ 220 milhões. **Mais informações:** www44.bb.com.br/appbb/portal/bb/drs/index.jsp.

¹ Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Criado em abr/05 e coordenado pelo MTE, visa incentivar a geração de trabalho e renda por meio do estímulo ao crescimento dos microempreendimentos populares.

ABASTECIMENTO

Política de preços mínimos garante oferta de alimentos

Para garantir abastecimento agrícola e regular preços no mercado, o Governo Federal, por meio da Conab, adquiriu, em 2008, 391 mil toneladas de alimentos, com investimento de R\$ 581,6 milhões (de R\$ 2,3 bilhões disponíveis¹) em 2008. Cerca de 955 mil toneladas de alimentos dos estoques públicos foram vendidos e R\$ 1,73 bilhão foram investidos no apoio à comercialização de grãos. Para 2009, estão disponíveis novamente R\$ 2,3 bilhões para a Política de Garantia de Preços Mínimos.

PAA impulsiona agricultura familiar e garante segurança alimentar

- O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – adquiriu alimentos de 147 mil produtores em 2008, com investimento de R\$ 534,2 milhões².
- Foram adquiridos, pela Conab, 174,7 mil toneladas de alimentos que foram destinados para 10,5 milhões de pessoas em creches, asilos, hospitais e escolas.
- Para 2009, está prevista ampliação de recursos para R\$ 612,4 milhões³.

Doação de cestas básicas e alimentos: solidariedade em situações de risco social

- Volume total doado em 2008: 1,74 milhão de cestas, para 648.530 famílias pobres e vítimas de flagelos – como atingidos por barragens, acampados, quilombolas, comunidades de terreiros⁴ e indígenas. Foram, ainda, distribuídos alimentos como açúcar, arroz, farinha de mandioca, feijão, fubá e leite em pó para 2.437 entidades sociais de 743 municípios, totalizando 14,7 mil toneladas.
- Em 2009, nos dois primeiros meses, foram distribuídas 1.337 toneladas de alimentos.
- Somente em jan/09, famílias receberam 110.442 cestas de alimentos, cada uma com 23 kg de produtos.

Socorro a Santa Catarina

- Em nov/08, foram distribuídas cerca de 43 mil cestas de alimentos no estado, em razão das fortes enchentes que atingiram a região.

Ajuda internacional

- Concluído em fev/09 o embarque, em navios brasileiro e espanhol, de cerca de 47 mil toneladas de alimentos (arroz, leite em pó e sementes) para Cuba, Honduras e Haiti, atingidos por furacões.

Programa de Garantia de Preços Mínimos regula e dinamiza o mercado de alimentos

Executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o programa contribui para dinamizar a agricultura familiar ao assegurar renda ao produtor para desenvolver a lavoura e evitar prejuízo na comercialização da colheita. Essa segurança é dada pela fixação de um preço mínimo, estipulado pelo Governo Federal a cada ano agrícola. Com o conhecimento prévio desse valor, o agricultor já fica sabendo, na fase inicial do plantio, qual o menor preço aceitável para venda de seus produtos. Caso o mercado não pague o valor estipulado, o beneficiado poderá negociar suas mercadorias com a Conab. **Mais informações: www.conab.gov.br.**

1 Este valor não é necessariamente usado em sua totalidade, mas apenas quando o preço de mercado está muito baixo, para assegurar rentabilidade aos produtores, continuidade da produção e o abastecimento da população.

2 R\$ 445 milhões de recursos do MDS, que beneficiaram 120 mil produtores, e R\$ 89,2 milhões de recursos do MDA, que beneficiaram 27 mil produtores. A Conab opera a modalidade de compra direta da agricultura familiar.

3 R\$ 487 milhões de recursos do MDS e R\$ 125,4 milhões do MDA.

4 Referência aos locais onde se praticam cultos afro-brasileiros (Candomblés).

EMPREGO

Emprego formal reage em fevereiro

Mesmo com os efeitos da crise econômica internacional, os fundamentos da economia brasileira mostram sua força e sustentam os pilares da atividade econômica. Após três meses consecutivos de resultados negativos expressivos, foram gerados 9.179 postos de trabalho formais em fevereiro de 2009.

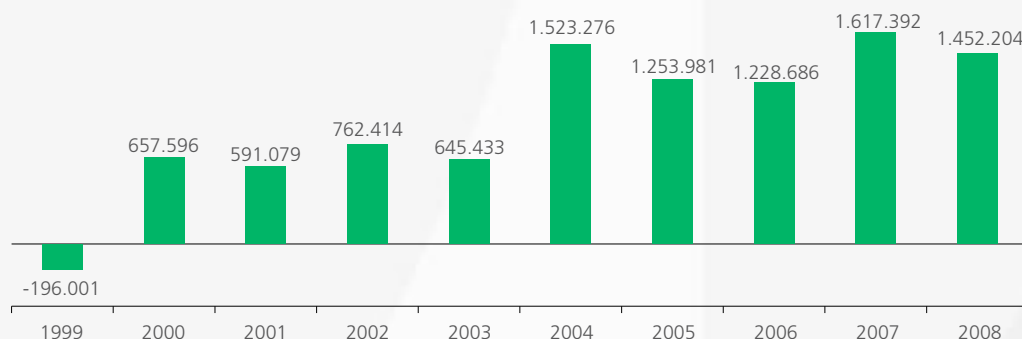
1,45 milhão de novos empregos em 2008

- Em 2008 foram criados 1.452.204 postos de trabalho com carteira assinada. Um crescimento de 5% em relação ao estoque existente em dezembro de 2007.
- Esse é o terceiro melhor resultado da série histórica do Caged.
- Os setores que mais se destacaram na geração de empregos foram o de serviços, com 648.259 novos postos de trabalho, e o da construção civil, com a criação de 197.868 novos empregos. Recordes históricos para esses setores.
- Os estados com melhor desempenho foram São Paulo, com 525.607 novos postos de trabalho, Rio de Janeiro, com 154.596, e Minas Gerais, com 130.722.

2009

- Em fev/09, após três meses consecutivos de resultados negativos expressivos, foram gerados 9.179 postos de trabalho formais. Crescimento de 0,03% em relação ao estoque do mês anterior.
- De jan/03 a fev/09, foram criadas 13.186.635 oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais)¹, sendo 10.283.152 novos postos formais de trabalho².

Comportamento do emprego celetista - saldo anual Caged 1999-2008 - Brasil

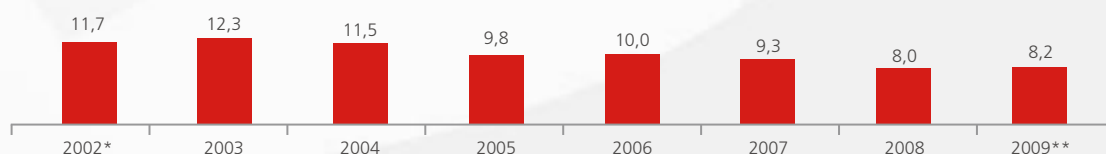


Fonte: MTE/Caged.

Recorde na redução do desemprego nas regiões metropolitanas em 2008

- A taxa média anual de desemprego em 2008 nas seis regiões pesquisadas pelo IBGE – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – foi de 8%. Essa é a menor taxa desde o início da série em 2002.
- Em jan/09 a taxa de desocupação foi de 8,2%.

Taxa média anual de desocupação (%)



*A partir de março. **Em janeiro

Fonte: IBGE.

1 Estimativa a partir de dados da Pnad (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

2 Segundo os dados da Rais (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

EXPORTAÇÕES

Exportações caem em 2009, mas saldo se mantém positivo

Apesar da queda de 25% nas exportações de janeiro e fevereiro de 2009, em relação ao mesmo período do ano passado, reflexo da crise internacional, o saldo da balança comercial brasileira foi positivo em US\$ 1,2 bilhão. As exportações para os EUA caíram 38% e as para a Argentina tiveram uma redução de 46%. Em contrapartida, as vendas para a China cresceram 23%.

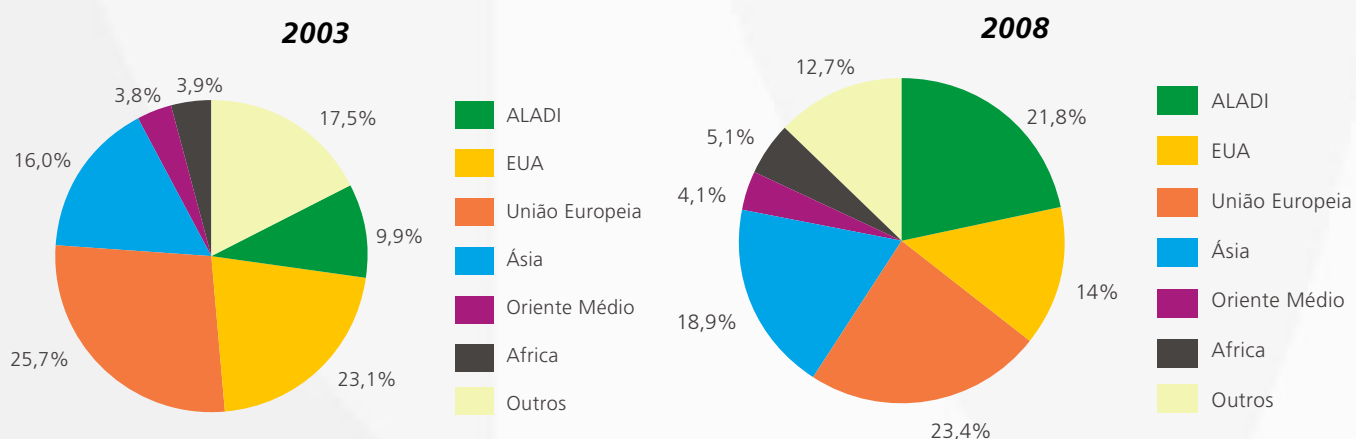
Recorde de exportações em 2008

- Em 2008, as exportações brasileiras atingiram o valor recorde de US\$ 197,9 bilhões, com crescimento de 23% em relação a 2007.
- Com o aumento de 44% nas importações, o saldo comercial teve queda de 38%, mas manteve-se positivo em US\$ 24,7 bilhões.
- As vendas para os Estados Unidos cresceram mais de 9% em 2008, em relação a 2007, com destaque para álcool etílico e aviões, que cresceram, respectivamente, 109% e 32% na comparação com 2007.
- As exportações para a China, em 2008, tiveram um recorde histórico: US\$ 16 bilhões, impulsionadas pelas vendas de soja e minério de ferro. Crescimento de 53% em relação a 2007.

Desempenho dos principais setores exportadores em 2008

- Setor primário: forte crescimento, impulsionado pelo aumento dos preços das commodities. Destaques: minerais metálicos (+56% em relação a 2007), petróleo (+54%) e agricultura (+34%).
- Indústria: produtos de metal (27%), alimentos e bebidas (26%) e outros equipamentos de transporte (25%), que abrangem embarcações (inclusive uma plataforma de petróleo) e aeronaves.

Principais destinos das exportações brasileiras – 2003 e 2008



Diversificação: País amplia comércio com novos parceiros e mantém tradicionais

Entre 2003 e 2008, o Brasil diversificou os destinos das exportações, com aumento na participação da Aladi¹ (119%), África (31%), Ásia (19%) e Oriente Médio (6%). Em contraste, houve queda de 40% na participação dos EUA e de 9% da União Europeia. Essas regiões figuram, ainda, como maiores parceiros da pauta exportadora. **Mais informações: www.apexbrasil.com.br; www.desenvolvimento.gov.br.**

¹ A Associação Latino-Americana de Integração – Aladi, instituída pelo Tratado de Montevideu; reúne doze países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela)

INCLUSÃO DIGITAL

Telecentros implantados em quase todo o País

5.430 dos 5.564 municípios do Brasil já receberam o kit telecentro¹. Desses, 4.200 já estão montados e cerca de 2.000 já estão com internet. Os municípios que ainda não aderiram ao programa estão sendo contatados com a perspectiva de, até abril de 2009, 100% dos municípios terem um telecentro implantado. Além da doação do kit, o Governo Federal capacita dois servidores do município para o cargo de coordenador e monitor do telecentro.

Programa Banda Larga nas Escolas

- Implantação de internet banda larga em todas as escolas públicas urbanas do País, até o final de 2010, por meio de acordo com as prestadoras de serviços de telecomunicações.
- Em 2008, foram conectadas 17.861 das cerca de 56.800 escolas existentes.

Programa Cidadão Conectado – Computador para Todos (criado em 2005)

- 76 operações de empréstimo para a rede varejista aprovadas pelo BNDES, totalizando quase R\$ 400 milhões, para financiamento da aquisição de computadores.
- 11,7 milhões de computadores vendidos em 2008 (10 milhões em 2007): crescimento de 187% na venda de computadores de 2004 a 2008².

Um Computador por Aluno (UCA)

- Realizado pregão eletrônico (dez/08) para aquisição de 150 mil notebooks que serão distribuídos a alunos e professores da rede pública de educação básica.
- Os computadores serão destinados para projetos pilotos em cerca de 300 escolas, entre elas escolas estaduais – incluindo rurais – e municipais.

Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac)

- Oferta gratuita de conexão à internet via satélite a escolas, telecentros, ONGs, comunidades distantes e bases militares fronteiriças, com serviços como conta de e-mail e hospedagem de páginas.
- 3.560 pontos já instalados.
- Licitados mais 12 mil pontos de conexão à internet em banda larga para instalação em áreas remotas, comunidades indígenas, pesqueiras, quilombolas, escolas rurais.

Inclusão Digital para promover a cidadania

Ações de promoção do acesso às tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de contribuir para a inclusão social, voltadas a estudantes, professores e comunidades carentes. Estruturadas em diferentes programas do Governo Federal, geram oportunidades de produção e disseminação de conhecimento e interação social a partir de iniciativas como: criação de telecentros (espaços comunitários com acesso à internet); oferta de linhas de financiamento em condições especiais para aquisição de computadores; fornecimento de computadores aos alunos das escolas públicas, com a implantação de internet banda larga e instalação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) para capacitação tecnológica da população. **Mais informações: www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/.**

¹ Cada kit é composto por dez computadores, uma central de monitoramento com câmera de vídeo de segurança, uma impressora a laser e um projetor multimídia.

² Dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

RELAÇÃO COM ESTADOS

Pacto para redução das desigualdades regionais no Brasil

Governo Federal propôs, em jan/09, um pacto com governadores do Nordeste e da Amazônia Legal para acelerar a redução de indicadores sociais que têm impacto na qualidade de vida das populações dessas regiões – mortalidade infantil, analfabetismo, sub-registro civil, agricultura familiar e regularização fundiária. O pacto com governadores do Nordeste foi assinado em 24mar/09.

Compromissos

- Em 28jan/09, o Governo Federal apresentou aos governadores do Nordeste e da Amazônia Legal a proposta do pacto e foi aprovada uma agenda de trabalho técnica preparatória para sua assinatura e para monitoramento.
- Os governadores comprometeram-se a enfrentar, junto com o Governo Federal, os problemas do analfabetismo, da mortalidade infantil, do sub-registro civil e da agricultura familiar, pactuando as seguintes metas, até 2010:
- Garantir 4,4 milhões de alfabetizando no ensino de jovens e adultos: o MEC, junto com estados e municípios, executará três edições do programa Brasil Alfabetizado em dois anos, além de garantir a entrega dos óculos aos alunos com deficiência visual, em parceria com o Ministério da Saúde.
- Reduzir em 5% ao ano a mortalidade infantil: o Ministério da Saúde (MS) pactuou com estados e municípios um monitoramento especial para 207 cidades do Nordeste e Amazônia Legal, cuja incidência de mortalidade neonatal é maior que em outras cidades. Maternidades serão equipadas e equipes serão treinadas e monitoradas conjuntamente pelo Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais de Saúde.
- Erradicar o sub-registro civil: além dos mutirões e das campanhas para mobilizar as pessoas não registradas, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e o Ministério da Saúde trabalham para garantir que a Declaração de Nascido Vivo (DNV), emitida pelo sistema de saúde ainda na maternidade, seja documento hábil para acesso às políticas públicas (veja página 18).
- Universalizar a oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para a agricultura familiar nos Territórios da Cidadania do Nordeste e Amazônia Legal: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os estados, oferece recursos financeiros para prover as equipes de assistência técnica estaduais e municipais e apoio técnico aos pequenos produtores rurais.

Indicadores – 2007	Brasil	Norte	Nordeste
Taxa de Analfabetismo (%) ¹	9,9	8,8	9,9
Índice de Sub-registro Civil de Nascimento (%) ¹	12,2	17,4	21,9
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos) ²	19,3	21,7	27,2

Mais informações: www.portalfederativo.gov.br.

1 Fonte: PNAD.

2 Fonte: SVS/MS.

RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Encontro pactua agenda de compromissos entre Governo Federal e municípios

5.300 novos(as) prefeitos(as) participaram do Encontro Nacional, realizado em 10-11 fev/09. O Presidente da República apresentou aos novos prefeitos propostas de atuação conjunta em temas de relevância para o País. 38 painéis simultâneos apresentaram programas e políticas do Governo Federal.

Apoio à gestão municipal

- Orientações para o mandato, catálogo de programas federais que podem ser acessados pelos municípios, revista sobre os programas prioritários e outros materiais e informações setoriais, disponíveis no Portal Federativo¹, foram entregues.

Evento

- Salas de atendimento e 36 estandes de ministérios, órgãos públicos e entidades parceiras, em especial das entidades municipais que compõem o Comitê de Articulação Federativa (CAF). 15 ministros participaram das mesas e mais de 40 prefeitos falaram sobre experiências exitosas.

Medidas anunciadas

- Encaminhamento ao Congresso da MP 457/09, que permite o parcelamento dos débitos previdenciários dos municípios em até 240 vezes; da MP 458/09, que simplifica os procedimentos para regularização fundiária das terras da União na Amazônia Legal, autorizando a doação dos imóveis considerados urbanos aos municípios; e do PL 4666/09 da Transição Governamental.
- Assinados decretos que prorrogam o prazo para o município optar pela cobrança do ITR; disciplinam o Programa Caminho da Escola, para aquisição e financiamento de veículos; e transferem a gestão da carteira imobiliária da extinta RFFSA à Secretaria do Patrimônio da União.

Agenda de Compromissos

- O encontro pactuou as políticas públicas federais e firmou compromissos de interesse local, regional e nacional, referenciados nos Objetivos do Milênio (ODM), condensados na Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios – 2009-2012:
 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
 2. Educação básica de qualidade para todos.
 3. Promover a igualdade entre sexos e a autonomia da mulher.
 4. Reduzir a mortalidade infantil.
 5. Melhorar a saúde materna.
 6. Combater o HIV/AIDS, a dengue e outras doenças.
 7. Erradicar o sub-registro civil de nascimento.
 8. Garantir a qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.
 9. Estabelecer parceria entre Governo Federal, estados e municípios para o desenvolvimento.
 10. Qualificar a gestão dos municípios e fortalecer a participação cidadã.
- Para participar, prefeitos devem se cadastrar no portal federativo, no banner Um Brasil de Todos.

Comitê de Articulação Federativa

Instituído em 2003, é uma instância de cooperação federativa que congrega representantes do Governo Federal e das três entidades municipalistas de caráter nacional, a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). Em sua agenda de trabalho constam o fortalecimento e a qualificação da gestão municipal e o auxílio aos processos de transição governamental. **Mais informações: www.portalfederativo.gov.br.**

¹ Endereço eletrônico: www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/Publicacoes.

Fique atualizado. Consulte também:
www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

4

**BIBLIOTECA: ARTIGOS,
DISCURSOS E PESQUISAS**

ARTIGO

Direitos das mulheres: conquistas e desafios

Estela Maria Aquino, Coordenadora do Programa Integrado em Gênero e Saúde do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (Musa) e representante da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) no Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM).

Nós, mulheres de todo o mundo, temos lutado muito por direitos de cidadania e contra desigualdades de gênero que dificultam a plena expressão de nosso potencial humano.

O dia 8 de março consagrou-se como símbolo dessa luta e momento de comemoração de conquistas e reafirmação de demandas por equidade e justiça social.

No Brasil, a situação social das mulheres tem mudado muito. Dois fenômenos marcantes são o aumento da escolarização feminina e a crescente entrada das mulheres no mercado do trabalho. Entretanto, a maior escolarização ainda não reverteu históricas desigualdades salariais em relação aos homens, e tampouco as dificuldades das mulheres para ocupar cargos de chefia e direção.

Os desafios se apresentam na manutenção de responsabilidades na esfera privada, sem mudanças equivalentes na divisão sexual do trabalho doméstico. Isso se redobra pelas insuficiências de equipamentos sociais para o cuidado de crianças, idosos e doentes. Em que pesem avanços recentes na estruturação da educação infantil, a criação de filhos persiste com grande impacto nas trajetórias profissionais das mulheres, o que não ocorre com os homens.

A drástica redução no número de filhos reflete em parte essas dificuldades, assim como a transformação nas concepções sobre o tamanho ideal da família. No entanto, permanecem intocados os valores que exaltam a vocação para a maternidade e definem uma “boa idade” para procriar. E, assim, para muitas jovens de camadas sociais menos privilegiadas, ter filhos se apresenta como único projeto possível de realização e valorização social, resultando no polêmico fenômeno da gravidez na adolescência.

Desde os anos 80, as lutas feministas têm intensificado a defesa do direito à escolha, no que diz respeito à maternidade e ao livre exercício da sexualidade separada da reprodução. O direito à saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são prioridades da agenda política, que também inclui o direito ao aborto seguro e o combate a todas as formas de violência de gênero, especialmente a sexual.

Essas lutas têm se concretizado na ocupação de instâncias de controle social e monitoramento de políticas públicas e frequentemente na atuação militante em postos de gestão.

Um exemplo caro ao movimento de mulheres foi a elaboração do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde, cujo lançamento oficial, há 25 anos, foi comemorado em 8 de março de 2009.

Nos anos recentes, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) atendeu a uma demanda histórica dos movimentos sociais, desempenhando papel crucial na formulação e indução de políticas, bem como na articulação de diferentes instâncias governamentais e não-governamentais.

O reconhecimento formal da participação social, pela atual gestão do Governo Federal, tem como exemplo a realização de duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), em 2004 e 2007, as quais foram precedidas por uma ampla mobilização com conferências municipais, estaduais e regionais em todo o País. O processo permitiu canalizar os anseios de centenas de milhares de mulheres e revelou sua grande heterogeneidade, conferindo visibilidade a segmentos organizados e tradicionalmente excluídos das instâncias de poder e decisão, tais como negras, indígenas, quilombolas, lésbicas e portadoras de deficiências.

Mais recentemente, a reestruturação e a ampliação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que atualmente integra a SPM, buscaram representar melhor essa diversidade de anseios e propostas.

Em um País de dimensões continentais, com tantas desigualdades sociais, persiste uma grande distância entre a formulação de políticas e o impacto sobre a vida cotidiana de milhões de mulheres. Nesse 8 de março de 2009, a comemoração das conquistas foi acompanhada da reflexão sobre o muito que ainda está por ser feito, e com certeza será.

NOVA CLASSE MÉDIA

Uma classe em ascensão

Estudo¹ da FGV, publicado em fev/09, confirma a expansão da nova classe média no País, mesmo no período da crise econômica. A partir de set/08, há aumento da classe C e redução dos extremos dos estratos sociais. Os que estavam no topo da distribuição de renda estão caindo ou deixando de crescer, mas há continuidade do movimento de ascensão à classe C.

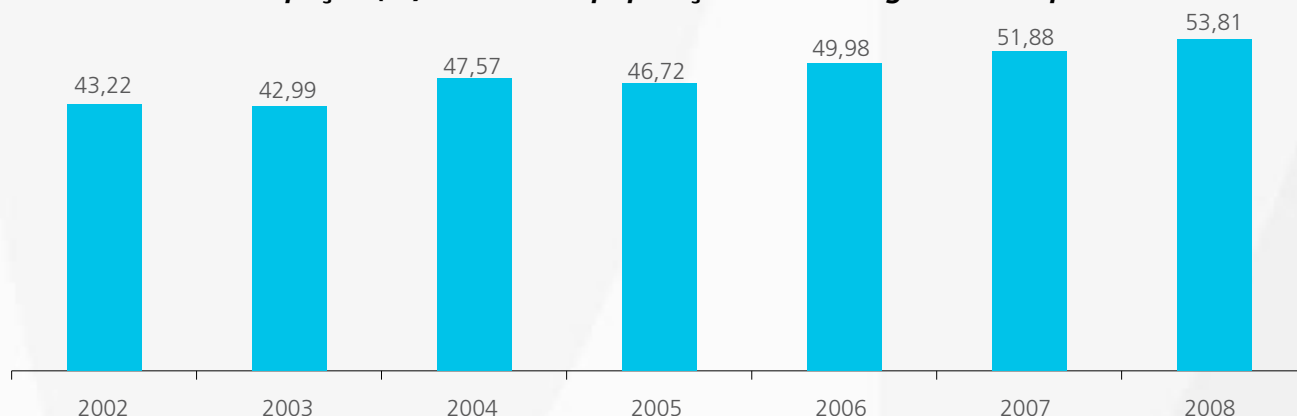
Classe C

- Classe média emergente.
- 53,8% da população das seis maiores regiões metropolitanas do País (dez/08). Essa proporção era de 43,2% em dez/02 (crescimento de 24,6% até dez/08).
- Esse crescimento não foi afetado pela crise financeira mundial, já que houve um aumento de 1,24% na classe C de set/08 (53,2%) até dez/08 (53,8%).
- Causas do crescimento da classe média foram recuperação do mercado de trabalho, melhoria da renda do trabalho e combinação de crescimento mais acelerado com redução da desigualdade por um longo período.

Classes A e B:

- Representam 15,3% da população (dez/08) e cresceram 27,8% no período dez/02-dez/08.
- Sofreram os efeitos da crise, com queda de 0,65% entre set/08-dez/08.

Classe C (nova classe média)
Participação (%) no total da população das seis regiões metropolitanas



Metodologia do Estudo

- Dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Definição das classes econômicas:

Renda mensal ² (em R\$)		
	Limite inferior	Limite superior
Classe E	0	804
Classe D	804	1.115
Classe Média C	1.115	4.807
Classe Alta AB	4.807	-

1 FGV – Crônica de uma Crise Anunciada: Choques Externos e a Nova Classe Média Brasileira.

2 Renda mensal domiciliar total de todas as fontes, atualizada a preços de dezembro de 2008.

CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS

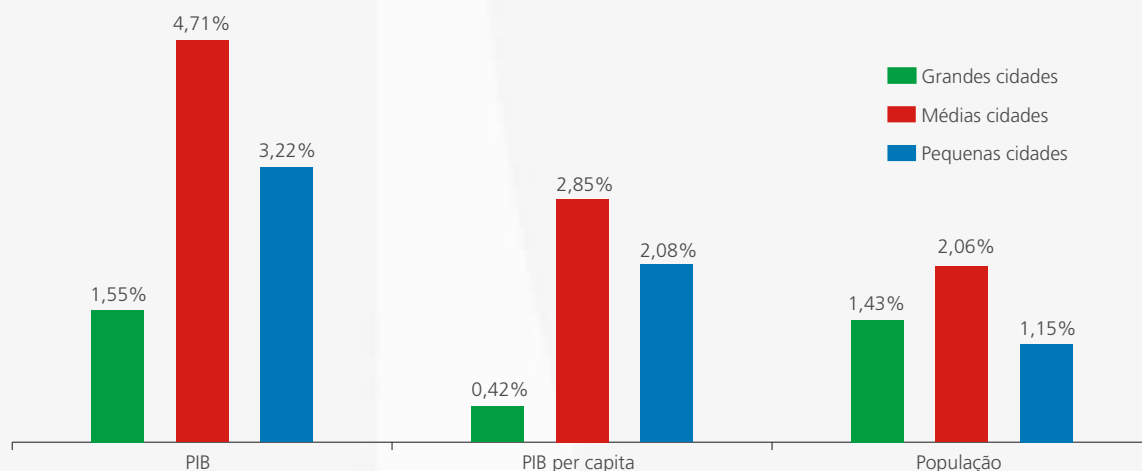
A força das cidades médias

Estudo do Ipea¹ mostra que municípios médios ganham importância na economia nacional. Nos últimos anos, as cidades médias foram aquelas que apresentaram o maior crescimento do PIB total e per capita e o crescimento populacional mais acentuado. O processo de urbanização das cidades médias é puxado pelo setor industrial, com participação relevante das atividades relacionadas ao setor de serviços.

Principais resultados do estudo²

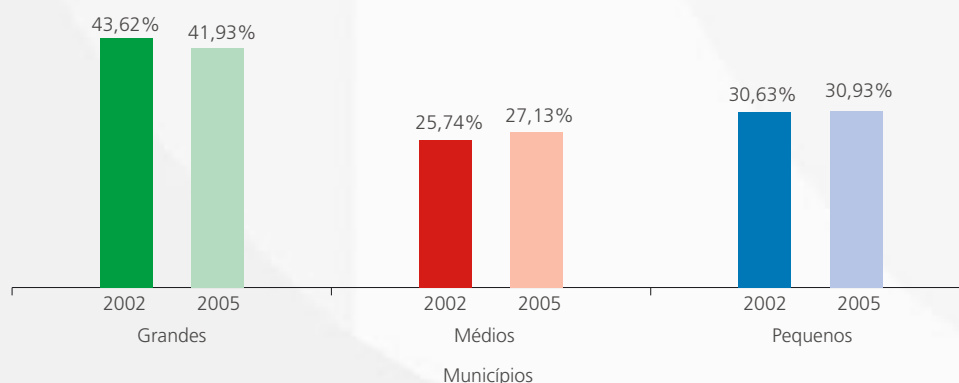
- Entre 2002 e 2005, os municípios médios³ apresentaram maior crescimento anual do PIB – 4,7% ao ano – e incremento mais elevado da população – 2% a.a.

Crescimento (a.a.) do PIB, PIB per capita e populacional – 2002 a 2005



- Dinamismo dos municípios médios advém principalmente do setor industrial – crescimento de 7,2% (a.a.) –, seguido pelo de serviços (3,5%).
- Os municípios médios também ampliaram sua participação no PIB nacional e na população brasileira, enquanto os demais apresentaram redução e/ou estabilização.

Participação dos municípios no PIB nacional



1 MOTTA, D.; MATA, D. da. Crescimento das Cidades Médias – Boletim Regional Urbano – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dez/08.

2 O estudo utiliza dados do IBGE: Produto Interno Bruto dos Municípios, Censo Demográfico de 2000 e estimativas populacionais.

3 Pequenas: menos de 100 mil habitantes. Médias: entre 100 mil e 500 mil habitantes. Grandes: mais de 500 mil habitantes.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Redução da burocracia, ampliação do crédito e fortalecimento da economia

Veja aqui a relação de medidas propostas pelo Governo Federal e aprovadas pelo Poder Legislativo para sustentar o desenvolvimento econômico e fortalecer a economia do País. Na primeira parte, constam as medidas adotadas em 2008 e 2009 para enfrentamento dos efeitos da crise financeira internacional. Na segunda, o elenco de medidas adotadas desde 2003 para melhorar o ambiente de negócios, reduzir a burocracia e ampliar o crédito. Na terceira, as medidas em tramitação.

1 – Medidas para enfrentar a crise financeira internacional

I – Desonerações

- Novas alíquotas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (de 7,5% e de 22,5%) e reajuste de 4,5% nas faixas salariais. Total: R\$ 4,9 bilhões (11dez/08).
- Redução do IOF sobre crédito geral ao consumidor, de 0,0081% ao dia para 0,0041% ao dia. Total: R\$ 2,5 bilhões (11dez/08).
- Redução temporária¹ total da alíquota do IPI sobre carros populares e de 50% sobre carros de 1.000 a 2.000 cc. Desoneração estimada: R\$ 1 bilhão (11dez/08).
- Redução do IOF sobre operações de crédito, câmbio e seguro e relativas a títulos e valores mobiliários, para estimular oferta de moeda estrangeira (Decreto nº 6.613/08).
- De 2004 a 2009, desonerações tributárias líquidas estimadas em R\$ 74,2 bilhões.

II – Medidas para melhorar a liquidez e o ambiente de negócios

- Mercado cambial: realizados leilões de linha de câmbio para fornecer liquidez ao mercado.
- Lei 11.908/09 amplia acesso a moedas livremente conversíveis no mercado internacional; swaps² de moeda com outros bancos centrais (US\$ 30 bilhões com o FED³).
- Mudança na linha de redesconto⁴ permitiu concessão de empréstimos em moeda estrangeira lastreados em garantias também em moeda estrangeira; aumentou prazo para liquidação de contratos de câmbio de exportação; facilitado acesso das instituições com dificuldades de liquidez a recursos do Banco Central.
- Autorização ao Banco Central para disponibilizar parte das reservas internacionais na ampliação das fontes de financiamento de empresas brasileiras no exterior (Lei 11.882/09, Resoluções CMN 3.672/08 e 3.689/09).
- Autorização ao BB e à Caixa para constituir subsidiárias e adquirir participação em instituições financeiras (Lei 11.908/09).
- Autorização de empréstimos em moeda estrangeira para pagamento de obrigações próprias de empresas e instituições financeiras brasileiras (Lei 11.882/08). Medida em fase de sanção/veto presidencial.
- Mudança na forma de recolhimento de compulsório sobre depósitos a prazo (Circulares BCB 3.407/08, 3.411/08, 3.414/08, 3.417/08, 3.421/08 e 3.427/08).
- Suspensão da exigência de Certidão Negativa de Débito (CND) por seis meses, para empréstimo nos bancos públicos (MP 451/08).

1 Período de 12dez/08 a 31mar/09.

2 Swap é um acordo para trocar fluxos de caixa no futuro.

3 FED: Federal Reserve – o Banco Central Americano.

4 Créditos de emergência do Banco Central.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

III – Incentivo à produção e ao investimento

- Incremento do Programa de Investimentos da Petrobras (R\$ 111 bilhões em novos projetos, totalizando R\$ 340,5 bilhões).
- Ampliação do Fundo da Marinha Mercante: mais R\$ 10 bilhões para financiamento da indústria naval (7out/08).
- Alteração no Programa Revitaliza⁵, com melhoria das condições de financiamento.
- Ampliação do limite de financiamento para aquisição de material de construção para R\$ 25 mil (via Caixa).
- Promoção da competitividade de micros, pequenas e médias empresas, com melhorias nas condições do Cartão BNDES: aumento do limite para R\$ 500 mil, redução de juros e ampliação de prazo de amortização para 48 meses.
- Linhas de crédito do BNDES: melhoria das condições de apoio para a aquisição de bens de capital da linha Finame (como aumento do financiamento em até 100% na compra de bens de capital), ampliação de prazo em linhas de capital de giro PEC e pré-embarque e ampliação de limite por empresa.
- Seguro-desemprego: duas parcelas a mais a trabalhadores que perderam emprego em setores com maior redução de postos de trabalho.
- Bolsa Qualificação: nova metodologia para pagamento do programa.
- Microempreendedor Individual (MEI): alteração da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e do Simples Nacional; instituição da figura do microempreendedor individual – pessoas com rendimento anual de até R\$ 36 mil.

IV – Poupança de longo prazo e ampliação de crédito

- Manutenção da TJLP em 6,25% a.a.
- Mais recursos (R\$ 100 bilhões) para o BNDES e repasse de linha de R\$ 5 bilhões do Banco Mundial (MP nº 453/09).
- Linha de financiamento imobiliário, por parte do BB e da Caixa, para servidores públicos da União (até R\$ 4 bilhões de cada instituição).
- Programa Especial de Crédito (PEC) do BNDES: nova linha de crédito para financiar capital de giro de empresas brasileiras. Dotação orçamentária de R\$ 6 bilhões e vigência até 30jun/09.
- Crédito ao BNDES de até R\$ 3 bilhões, para abertura de crédito para capital de giro de empresas contratadas pelos Governos Federal, estaduais ou municipais, para execução de obras de infraestrutura do PAC (Lei 11.908/09).
- Fundo Soberano do Brasil. Objetivos: (I) mais recursos para formar a poupança pública; (II) mitigar efeitos dos ciclos econômicos; (III) promover investimentos em ativos e (IV) fomentar projetos de interesse estratégico no exterior.

V – Medidas na área agrícola

- Antecipação de desembolsos do Banco do Brasil e aporte de recursos adicionais de vários fundos (R\$ 5 bilhões); aumento do crédito direcionado com compulsório (de 25% para 30% – mais R\$ 5,5 bilhões) e direcionamento de recursos da poupança rural para agricultura (de 65% para 70% – mais R\$ 2,5 bilhões).
- Linha de R\$ 500 milhões para produtores do Centro-Oeste; ampliação do limite de Empréstimos do Governo Federal (EGF), de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões.

⁵ Programa de Apoio à Revitalização de Empresas, do BNDES.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Extensão do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar para operações de investimento do Pronaf a partir da safra 2008/2009. Ampliação do valor financiado pelo Pronaf Comercialização, de R\$ 2 milhões para até R\$ 10 milhões quando destinado a cooperativas centrais.
- Prodecoop⁶: permissão para operação de capital de giro não associado a investimento, com até R\$ 1 bilhão; limite de crédito de R\$ 20 milhões por cooperativa e de R\$ 40 milhões para cooperativas centrais; ampliação do limite de crédito de investimento para até R\$ 50 milhões por cooperativa (R\$ 100 milhões para centrais), com disponibilização de R\$ 700 milhões.
- Restabelecimento do Procapcred⁷ pelo BNDES, para o financiamento de quotas-partes por cooperados vinculados a cooperativas de crédito.
- Ampliação de prazo para renegociação de dívidas (após a Lei 11.775/2008).

2 – Medidas de 2003 a 2009

I – Para melhorar ambiente de negócios e reduzir a burocracia

- Nova Lei de Falências (Lei 11.101/05 e LCp 118/05): possibilita rápida alienação de ativos de massa falida, evitando deterioração, sem prejuízo a credores.
- Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional (LCp123/06): aprofunda desoneração e simplifica procedimentos de registro e legalização de empresas, compras públicas, inovação tecnológica, acesso à Justiça, entre outros.
- Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim (Lei 11.598/07): simplifica processo de registro e legalização de empresas.
- Novo modelo para setor elétrico (Leis 10.847/04, 10.848/04, 10.871/04 e 11.097/05): cria Empresa de Pesquisa Energética; dispõe sobre comercialização; cria carreiras em agências reguladoras e introduz biodiesel na matriz energética.
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI – e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI (Lei 11.080/04): formulam e promovem políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- Incentivo a Pesquisa e Inovação Tecnológica (Leis 10.973/04 e 11.196/05): facilita cooperação entre instituições tecnológicas e empresas.
- Patrimônio de Afetação⁸ nas Incorporações Imobiliárias (Lei 10.931/04): regime fiduciário simplificado, blinda incorporações imobiliárias contra má gestão ou fraude; confere mais transparência e segurança jurídica.
- PPP (Lei 11.079/04 e Decretos n°s 5.385/05 e 5.411/05): cria e regulariza normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.
- Abertura do Mercado de Resseguro (LCp 126/07): possibilita surgimento de companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras.
- Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis (Lei 11.638/07, altera Lei das S.A.): convergência das práticas contábeis ao padrão internacional.
- Criação da Receita Federal do Brasil (Lei 11.457/07): unifica arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias.
- Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): obriga instituição financeira a fornecer informações e histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das informações em benefício do consumidor.

6 Prodecoop: Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária.

7 Procapcred: Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito do BNDES.

8 Capacidade de responder por obrigações financeiras.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Obrigatoriedade da Conta Salário (Res. CMN 3.402/06): reduz custo do cliente por movimentar salário e fomenta concorrência entre instituições bancárias.
- Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs (Lei 11.058/07): reativa programa, recriando incentivos fiscais.
- Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito – Custo Efetivo Total – CET⁹ (Resoluções CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07): proíbem cobrança de tarifas em serviços essenciais; obrigam instituições financeiras a informar CET; facilitam comparação de custos.
- Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE (Decreto 6.634/08): regulamenta seu funcionamento.
- Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e Nota Fiscal Eletrônica (Decreto nº 6.002/07): menos burocracia e mais controle da arrecadação.
- Setor de Turismo (Lei 11.727/08): medidas tributárias destinadas a estimular investimentos e modernização do setor.
- Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (Leis 11.774/08 e 11.786/08): incentivos fiscais e creditícios para diversos setores industriais. Veja página 17.
- Cadastro Nacional de Empresas – CNE¹⁰: interligado à Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), desobriga empresários individuais e sociedades mercantis a fornecer informações cadastrais a outros órgãos de registro mercantil.

II – Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis (Lei 10.931/04): facilita execução da garantia; reduz nível da depreciação e concorre para ampliar crédito.
- Execução de sentença judicial (Lei 11.232/05): confere agilidade a cumprimento de sentença condenatória; reduz procedimentos protelatórios.
- Súmula impeditiva de recursos (Lei 11.276/06): reforça sistema jurisprudencial; evita recursos de natureza protelatória.
- Execuções de títulos extrajudiciais (Lei 11.382/06): agiliza e previne fraude à execução judicial e elimina possibilidade de embargos protelatórios.

III – Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- Consignação em folha de pagamento (Lei 10.820/03): minimiza riscos e reduz custos de crédito ao consumidor.
- Cédula de Crédito Bancário¹¹, Letra¹² e Cédula de Crédito Imobiliário¹³ (Lei 10.931/04): melhoram gestão de risco; são alternativas de capitalização das instituições concedentes de crédito; ampliam volume de recursos ao consumidor.
- Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio (Lei 11.076/04): melhoram gestão de risco; são alternativas de captação de recursos privados para setor agropecuário.
- Novo regime de tributação da Previdência Complementar (Leis 11.053/04 e 11.196/05): incentiva formação de poupança de longo prazo; isenta de Imposto de Renda aplicações dos fundos de pensão.

9 Cálculo que reflete totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

10 Primeira versão do aplicativo – de início disponível somente para órgãos públicos – lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) em 3dez/08.

11 Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

12 Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

13 Representa os créditos imobiliários.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Isenção de IR na troca de imóveis residenciais (Lei 11.196/05): reduz custo de transação e promove giro e liquidez no mercado.
- Juros prefixados nos financiamentos do SFH¹⁴ (Lei 11.434/06): elimina obrigatoriedade de aplicação da TR – perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e oferece a consumidor contrato com maior previsibilidade.
- Consignado em folha para financiamento imobiliário (Decreto 5.892/06): estende operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.

3 – Medidas em tramitação no Congresso Nacional

- PL das agências reguladoras (3.337/04, apensado ao 2.057/03 – Câmara dos Deputados): estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos.
- PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (3.937/04: Câmara dos Deputados – PLC 6/09: Senado Federal): protege interesses de consumidores; reduz prazos e custos administrativos; define papel dos órgãos que atuam sobre o tema.
- PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03): permite coleta não apenas de informações “negativas”, mas de “positivas” de empresas/pessoas.
- PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta (3.498/08 – Câmara dos Deputados): protege consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas a tais setores.
- PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituir Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.
- PEC da Reforma Tributária (233/08, apensada à 31/07 – Câmara dos Deputados): estabelece nova repartição de recursos e cria IVA Federal e novo ICMS; padroniza alíquotas, elimina cumulatividade e combate guerra fiscal.
- MP autoriza a utilização de parte dos dividendos e juros sobre o capital próprio da Caixa para garantir risco em operações de crédito de capital de giro com empresas da construção civil (445/08 – Senado Federal).

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
Abav	Associação Brasileira das Agências de Viagem
Abdib	Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base
Abecip	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA (Acquired Immunodeficiency Syndrome – Aids)
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde
APS	Agência da Previdência Social
Asean	Associação de Nações do Sudeste Asiático
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BC	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPW	Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (International Federation of Business and Professional Women)
CAGED	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
Caixa	Caixa Econômica Federal
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
Cefet	Centros Federais de Educação Tecnológica
Ceis	Cadastro de Empresas Idôneas ou Suspensas
CEO	Centro de Especialidades Odontológicas
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU	Controladoria-Geral da União
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CISS	Conferência Interamericana de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coaf	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COI	Comitê Olímpico Internacional
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
Conmetro	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
C,T&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
DST	Doença Sexualmente Transmissível
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAP	Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FED	Federal Reserve – Banco Central norte-americano
FEPI	Fundação Estadual dos Povos Indígenas
FER	Fundo de Equalização de Receitas
FGCN	Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Fifa	Federação Internacional de Futebol
Finame	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEF	Fundo Global do Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF)
Gesac	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
GNL	Gás Natural Liquefeito
GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
Ibam	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

Sigla	Significado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDF	Índice de Desenvolvimento da Família
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inesc	Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
Inca	Instituto Nacional do Câncer
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
ISS	Imposto Sobre Serviço
ITR	Imposto Territorial Rural
IVA-E	Imposto Sobre o Valor Agregado Estadual
IVA-F	Imposto Sobre o Valor Agregado Federal
LAB-LD	Laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro
LCp	Lei Complementar
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEI	Microempreendedor Individual
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPE	Micro e Pequenas Empresas
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP	Plano Agrícola e Pecuário (agricultura empresarial)
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
P,D&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEA	Pontos de Exibição Audiovisual
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEC/BNDES	Programa Especial de Crédito do BNDES
Pelc	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
Pibid	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIS	Programa de Integração Social
PL	Projeto de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
PlanseQBF	Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNE	Plano Nacional Estratégico
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público–Privada
Prodecoop	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
Prodes	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Profrota	Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
Proinfra	Programa de Infra-estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Pronex	Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (grupos organizados de pesquisadores e técnicos de alto nível para troca permanente de conhecimento)
Procapcred	Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito do BNDES
Protejo	Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável
Prouni	Programa Universidade para Todos
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Refap	Refinaria Alberto Pasquali
Regap	Refinaria Gabriel Passos
Renaesp	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
Repar	Refinaria Presidente Getúlio Vargas
Replan	Refinaria do Planalto Paulista
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RHAE	Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (programa de formação)
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Samu	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
Seap	Secretaria de Especial de Aquicultura e Pesca
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central
SEP	Secretaria Especial de Portos
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIN	Sistema Interligado Nacional (energia elétrica)
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (para adolescentes em conflito com a lei)
Sindec	Sistema Nacional de Defesa Civil
Sine	Sistema Nacional de Emprego
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância Sanitária
TCU	Tribunal de Contas da União
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
UAB	Universidade Aberta do Brasil
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância (The United Nations Children's Fund)
Unifem	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (United Nations Development Fund for Women)
USA	Unidade de Suporte Avançado (Samu)
USB	Unidade de Suporte Básico (Samu)
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

DESTAQUES

Ações e programas do Governo Federal

